

Director Padre Lino Maia |
Director-Adjunto Eleutério Alves



FESTA É A 12 DE SETEMBRO

Évora vai ser templo de toda a Solidariedade

CNIS PREPARA PORTUGAL 2020

Sessão de esclarecimento com IPSS do Alentejo



ARIFA, AMORA

Infância e Deficiência são os projetos futuros



C. SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS, ÉVORA

Mais de meio século em prol das crianças



CÁRITAS PAROQUIAL DE VILA VIÇOSA

Não dar e esquecer mas acompanhar

Mensal | Agosto 2015 |
Preço: 1 euro | 2.ª Série | N.º 196

Autorizado pelos CTT a circular em invólucro fechado de plástico. Autorização DUC0802015RZ/CCMIN Mensário da CNIS

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
4430 DIVERSAS - V. N. GARRA
TAXA PAGA
PORTUGAL

José Leirião
CNIS

“Só FAZER não chega é preciso FAZER BEM”

Alguém disse a frase que cito acima e gostaria de partilhar convosco, ao longo deste artigo, algumas investigações realizadas sobre a implementação de um Sistema de Gestão da Qualidade nas IPSS e também depoimentos de personalidades com experiência nesta área. Desde já, coloca-se a questão: **FAZER BEM?** Como sabemos que estamos a fazer BEM? Temos alguma forma de medir ou comparar e medir, com serviço semelhante, para afirmarmos que estamos a fazer BEM? Em geral não temos. Então o que acontece? Apenas temos a percepção do que aquilo que estamos a fazer, está bem feito, mas não podemos garantir que de facto o serviço satisfaz bem o utente, se não existir um sistema dinâmico implementado que permita que um determinado serviço prestado nas nossas Instituições, seja **consistentemente** bem feito, porque, em geral também não temos registos, indicadores, as opiniões dos nossos colaboradores, utentes, clientes e fornecedores principais. Sem estas opiniões podemos garantir que o nosso serviço é de qualidade e fizemos BEM? Não.

O presente programa Portugal 2020 é a grande oportunidade de as Instituições se munirem de instrumentos e ferramentas, que lhes permita garantir um serviço de qualidade, certamente com custos mínimos ou próximo de zero custos, para a Instituição, retirando vantagem desta oportunidade de candidatura aos fundos comunitários, e desta forma, prepararmos as nossas Instituições para o presente e o futuro que, sendo uma arena global sem restrições de circulação de empresas, pessoas e capitais, não impede que instituições estrangeiras se instalem no nosso país, munidas destas ferramentas e influenciem os utentes mais informados e exigentes, e que podem pagar mais, a utilizarem os seus serviços, ficando as nossas Instituições confinadas aos utentes com menos recursos e aos lugares cativos da Segurança Social, impedindo assim que consigamos um equilíbrio e poder chegar a quem mais precisa, porque esse utente não pode pagar.

Estou a sonhar alto? Penso que não. **Falando um pouco sobre a implementação de sistema de gestão da Qualidade nas IPSS vemos o que nos diz a investigação e depoimentos de personalidades.**

Antunes & Pires (2003), realizaram uma investigação em IPSS da área de Setúbal, nomeadamente Lares de Idosos, tendo como objectivos centrais a identificação das variáveis, que podem influenciar a implementação de sistemas da qualidade pela ISO 9001, a análise do seu impacto nos resultados das organizações e, ainda, vias de análise que permitam caracterizar as práticas de Avaliação da Qualidade em Lares para Idosos. Os autores concluíram, que as instituições possuem a estrutura e capacidade organizacional adequadas para a implementação de sistemas de gestão da qualidade, apoiada na liderança, no planeamento das actividades, no trabalho de equipa e na gestão dos recursos.

Outra conclusão, dos mesmos investigadores, diz respeito ao facto de *“a avaliação e gestão dos processos constituir um desafio para as instituições. Atendendo à diversidade e complexidade de alguns processos, seria necessário aprimorar alguns aspectos, nomeadamente, a revisão do sistema da qualidade pela gestão de topo, a dinâmica da auditoria interna, a melhoria da qualidade”*. Uma limitação observada neste estudo foi de que a implementação de sistemas da qualidade com base nas normas ISO 9001 e a sua certificação, parece ter colocado algumas reservas em algumas organizações, sobretudo, devido à linguagem técnica das normas.

Para os autores, estas instituições estão condicionadas ao cumprimento dos requisitos legais e regulamentares. A relação entre o cliente e o lar rege-se por um conjunto de requisitos legais que confere direitos ao cliente. Os clientes (utente e sua família) têm expectativas em vários domínios (financeiro, social e psicológico) em função das suas vivências anteriores, do estado de saúde e de autonomia e ainda das relações familiares.

Resumidamente, os principais benefícios da implementação de SGQ concluídos pelos autores deste estudo foram:

- 1) Gestão mais activa na transposição das expectativas dos cidadãos/ utentes para requisitos dos serviços;
- 2) Consequente melhoria nos processos com a diminuição da variação dos desempenhos individuais dentro da equipa;
- 3) Vantagem para o sector de actividade, nomeadamente, por via da inerente melhoria da sua imagem pública.

Os autores admitem ainda que, o SGQ, permitiu a melhoria do desempenho organizacional nas instituições analisadas. As experiências relatadas permitem concluir pela receptibilidade das abordagens, e essencialmente, pelo grande potencial da ajuda mútua e do desenvolvimento colaborativo, entre instituições que não concorrem entre si, podendo, nomeadamente trocar experiências e utilizar os recursos comuns a vários níveis.

Continuando com alguns depoimentos: De acordo com **B Sardinha (2014)** *“a qualidade da gestão das IPSS é muitas vezes confundida com a qualidade de serviço, que não sendo a mesma coisa, não se podem no entanto dissociar, assim, a gestão da qualidade garante, através de um desenvolvimento das organizações, a qualidade da prestação de serviço”*.

Continua **B Sardinha** *“A qualidade dos serviços prestados pelas IPSS pode ser analisada em 5 dimensões: **eficiência** - ou seja, a prestação de serviços com o mínimo de gastos possível; **eficácia** - a possibilidade de atingir os resultados esperados; **acessibilidade** - fácil acesso aos serviços; **segurança** - ou seja, a minimização dos riscos associados à prestação dos serviços e finalmente a **equidade** que garante o acesso aos serviços a todos os que deles necessitem. A garantia de gestão de qualidade permite precisamente assegurar o preenchimento adequado de todas as dimensões relevantes para a qualidade dos serviços prestados e o desenvolvimento sustentado da própria organização”*.

Segundo **Mário Dias** (Presidente da APPACDM de Vila Nova de Gaia), instituição certificada pela ISO9001 desde 2008 e agraciada pelo feito com um reconhecimento oficial pelo Instituto de Segurança Social, defende que a *“aposta em redes e o combate ao secretismo da gestão e que as instituições de solidariedade têm que investir na certificação”* acrescentando que *“a certificação como um caminho inevitável para qualquer organização e que o movimento de qualificação chegou às instituições do terceiro sector”*.

De acordo com **Sampaio (2008)** existem alguns factores, internos e externos, que motivam e influenciam as Instituições a certificarem-se para a Qualidade, tais como:

Factores internos:

- Maior consciencialização para o conceito de Qualidade
- Clarificação de responsabilidades e obrigações
- Diminuição das não-conformidades
- Diminuição das reclamações
- Melhoria da Comunicação interna
- Aumento da satisfação de clientes e colaboradores

Factores externos:

- Melhoria da Imagem da Instituição
- Vantagens competitivas

Conclusão: O meu objectivo é o de tentar colocar este tema na agenda dos dirigentes das IPSS tendo em conta a oportunidade apresentada pelo Programa Portugal 2020.

Algumas estatísticas e com referência a 2014: das 5202 instituições consideradas como IPSS, apenas 235 estavam certificadas: (121 pela Norma EQUASS, 101 pela Norma ISO-9001 e 13 pelas Normas do ISS MAQUISS).

Gostaria também de referir que o IPQ (Instituto Português da Qualidade) aprovou recentemente Normas específicas para as IPSS, com anexos específicos para cada valência, as quais estiveram em consulta pública e já se encontram disponíveis nas agências certificadoras.

A CNIS pretende, em breve organizar um seminário sobre o tema.

Eleições Legislativas

1. As eleições legislativas foram marcadas para o dia 4 de Outubro.

Para trás ficou o cumprimento, com êxito, do Memorando de Entendimento. Foi um período muitíssimo difícil que acompanhou quase toda a Legislatura e que tocou todos os aspetos da vida do país, com a austeridade a ser uma das suas marcas mais dominantes.

Não foi o povo a ordenar porque a troika não lho permitiria. Mas o povo venceu.

Com ele, também venceram as suas Instituições de Solidariedade. Cooperantes e sempre presentes e próximas, elas estiveram na vanguarda das soluções. E, sendo boa "almofada social", em muito contribuíram para que o povo português se sentisse apoiado e desse provas de uma inultrapassável maturidade e de uma exemplar resiliência.

Muito embora a marcação das eleições coincida com o tempo das férias, agora é a vez de os Partidos ultimarem tanto as suas listas como os seus programas eleitorais. Listas creíveis e programas consistentes.

Certamente que o farão todos os Partidos do Arco da Democracia - que é muito mais que o Arco do Poder ou o Arco Parlamentar. E é importante que o façam com autonomia e responsabilidade porque está em causa o futuro do nosso país e porque o futuro próximo é de grande exigência.

Depois, seguir-se-á o período de uma Campanha Eleitoral que, efetivamente, já começou. Espera-se uma campanha elucidativa e serena que "deve servir para informar e esclarecer os portugueses" e que "não pode transformar-se num palco de agressões que em nada resolveria os problemas reais dos nossos concidadãos".

Revindicando a sua quota-parte de corresponsabilidade na construção da causa comum, sem manifestar qualquer preferência por qualquer Partido do Arco Democrático e com a habitual disponibilidade para colaborar com quem o povo escolher, a CNIS acompanhará todo este período de Campanha Eleitoral com a tranquilidade de quem reconhece no povo português maturidade e vontade suficientes para uma boa opção.

2. Ninguém o nega: Portugal está mais



pobre e mais envelhecido e com uma economia titubeante, com um número excessivo de desempregados e com um Interior mais "desertificado".

Porém, não está vencido e tem futuro.

É imperioso e urgente fazer algo para ordenar o território, para favorecer a natalidade, para dinamizar a economia. Para que todos tenham oportunidade de serem construtores da sua causa e da causa comum.

Reconhecendo a importância de todos os Partidos e respeitando a sua autonomia, constata-se que nos programas de todos eles há boas orientações nesse sentido. Nenhuma despienda e todas provavelmente complementares.

Mas há dois problemas para os quais urge especial atenção e consenso: desigualdade e pobreza.

Contrariamente ao que seria previsível, a crise não fez diminuir a tendência de agravamento da desigualdade, que atinge hoje níveis intoleráveis. Não será certamente problema exclusivamente português. Mas é problema.

Sabe-se que as diversas formas de

desigualdade (de rendimentos, de riqueza, de poder, etc.) se entrelaçam e se reforçam mutuamente. Mais, que as desigualdades entre as pessoas e os grupos se cristalizam nas instituições, as quais se encarregam de impedir ou dificultar a mobilidade social. Aliás, pode pôr-se a questão de saber se é possível reduzir substancialmente a pobreza mantendo inalterável o padrão de desigualdade.

Quer isto dizer que o grave problema da desigualdade, nas suas diversas formas (rendimento, riqueza, poder, etc.) em Portugal tem de merecer uma análise muito mais profunda do que tem merecido até agora.

E a crise fez aumentar a pobreza. Que não só é injusta como é manifestação de outras injustiças.

Lutar contra a pobreza implica políticas e implica participação das pessoas pobres na busca de respostas adequadas, com respeito pela sua dignidade, interesses e aspirações. Trata-se de um trabalho conjunto e personalizado, que deverá contribuir para o aumento da sua autoestima e o reforço da

sua capacidade de construir um projeto de vida próprio.

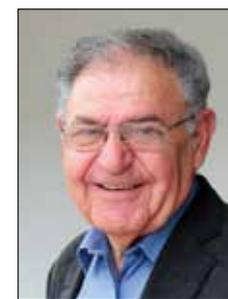
É sobretudo em períodos de aumento da pobreza que é necessário um maior investimento nos apoios sociais e uma abordagem preventiva que abranja todos os aspetos relevantes do bem-estar e esteja mais próxima das pessoas.

3. Sem advogar um utópico igualitarismo e reconhecendo que "pobres sempre os haverá", espera-se de todos os Partidos e da comunidade nacional consenso e determinação para caminhar no bom sentido. De uma sociedade mais igual e menos pobre.

Tanto na promoção da igualdade como na luta contra a pobreza, o Estado tem competências de que não deve abrir mão e tem obrigações de que não se pode demitir.

Na vanguarda das soluções, as Instituições de Solidariedade inscreveram no seu ideário e na sua prática a dissolução das manifestações de pobreza e a promoção da igualdade entre os cidadãos. E apresentam-se disponíveis para reforçar a cooperação.

Por um Portugal melhor.



Padre Lino Maia
Presidente da CNIS

ENCONTRO, FÁTIMA

Conselho Geral Alargado

Num intenso dia de trabalho, a CNIS promoveu, em Fátima, o que pode ser visto como um Conselho Geral Alargado, uma vez que envolveu todos os órgãos sociais das Uniões Distritais e das Federações e ainda as assessorias jurídicas das mesmas.

A parte da manhã ficou reservada para a reunião entre a CNIS e os órgãos sociais das UDIPSS e das Federações, com a candidatura para a capacitação institucional como tema de trabalho.

Depois de o padre Lino Maia abrir os trabalhos, incentivando os participantes com um congregador “a CNIS somos todos nós e para concretizar a candidatura somos precisos todos nós”, Palmira Macedo explicou a candidatura no âmbito da Medida 3.36 que tem como pano de fundo a capacitação institucional.

Melhorar a ligação entre a CNIS, as Uniões Distritais e as Federações e as instituições de base é o grande objetivo e passa pela criação de um Gabinete Técnico, de uma plataforma informática e de uma base de dados do Setor Solidário. No final, haverá sempre uma avaliação, o que implica um bom desempenho de todas as anteriores medidas.

ROTASS - Rede Operacional e Técnica de Apoio ao Setor Solidário é o nome do projeto da CNIS e que visa a promoção do trabalho em rede, promovendo análises, estudos e boas práticas; a promoção da inovação e do empreendedorismo social, potenciando as boas práticas a nível nacional e internacional; e a implementação de soluções inovadoras no âmbito da Economia Social que visem uma melhor gestão e sustentabilidade das UDIPSS. Como objetivos principais, o ROTASS pretende aumentar a interação entre organizações da Economia Social, visando o aproveitamento local das ações bem-sucedidas em outras regiões ou entidades; trocar experiências e proporcionar intercâmbio de profissionais e outros recursos, criando assim rotinas de benchmarking constantes e produtivas; e ganhar notoriedade e visibilidade como rede institucionalizada a nível nacional.

Após a apresentação do projeto, os participantes dividiram-se em três grupos – Norte, Centro e Sul (Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve) – e discutiram e debateram e contribuíram para um conjunto de sugestões de trabalho para quem teve que realizar a candidatura.

“O balanço foi muito positivo em cada um dos três grupos. Houve

muita participação, as Uniões deram muitos contributos para a constituição de uma plataforma e para o desenvolvimento do trabalho em rede, já apontaram questões muito concretas que gostariam de ver incluídas e tratadas e isto foi uma ajuda muito grande para nós que preparámos a candidatura”, disse no final Palmira Macedo, assessora da CNIS, acrescentando o propósito da iniciativa e o sucesso alcançado: “Gostávamos que a candidatura correspondesse o mais possível àquilo que o terreno sente sobre esta questão em concreto e por isso quisemos ouvir as Uniões Distritais”

Da parte da tarde, sob a direção do assessor jurídico da CNIS, Henrique Rodrigues, o assunto foi a lei, mais concretamente o novo Decreto-Lei 172-A, ou seja, o Estatuto das IPSS.

“Tratou-se de uma reunião conjunta da assessoria jurídica da CNIS com as assessorias jurídicas das Uniões Distritais e das Federações para ver duas questões principais: primeiro, tentarmos definir um entendimento uniforme sobre algumas questões quanto à interpretação da nova versão do Estatuto das IPSS”, explicou no final o assessor jurídico da CNIS, complementando: “E, uma segunda parte que é um efeito desta primeira e que é definir procedimentos quanto ao apoio às instituições no processo de reforma dos respetivos estatutos”.

Henrique Rodrigues deixou um conselho claro a todas as instituições, obrigadas que estão a alterar os respetivos estatutos até ao próximo dia 17 de Novembro.

“Mesmo que a CNIS, as Uniões Distritais e as Federações venham a dar apoio às instituições, é desejável que o processo corra paralelamente a um processo de consultas ao Centro Distrital da Segurança Social”, avisa e explica: “A Segurança Social elaborou uma espécie de modelos, aliás como já tinha feito anteriormente, o que está dentro das suas competências. É nos serviços da Segurança Social que se faz o registo dos novos estatutos e, portanto, a Segurança Social, de alguma forma, tem competência notarial neste processo de revisão estatutária. As IPSS não precisam de ir ao notário. O que é normal é ver previamente com a Segurança Social se a proposta de estatutos que as instituições pretendem fazer vingar é aceite pelos serviços, que têm competência para tal”.

Resumindo, “as instituições devem fazer a alteração dos estatutos em



articulação com o Centro Distrital da Segurança Social da respetiva área e havendo alguma questão em que haja divergências devem reportar à CNIS para tentarmos estabelecer interpretações

uniformes juntamente com os serviços do Estado competentes nessa matéria”, aconselha.

SEMINÁRIO, ÉVORA

As IPSS e os Fundos Europeus no Alentejo

Com o Portugal 2020 em marcha, com vários programas já com candidaturas abertas, a CNIS prossegue com as reuniões regionais de esclarecimento, tendo a última, após a de Faro, decorrido em Évora, com a colaboração da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDRA), sob o lema «As IPSS e os Fundos Europeus».

O objetivo era explicar às IPSS os diversos programas incluídos no Alentejo 2020 a que aquelas podem apresentar candidaturas com vista a melhorarem as respostas que dão às respetivas comunidades.

Perante uma plateia lotada de dirigentes e técnicos de instituições sociais de todo o Alentejo – eram mais de 300 pessoas –, dirigentes da CCDRA, do Centro Distrital da Segurança Social (CDSS) de Évora, do IEFP Alentejo e, obviamente, da CNIS explicaram, em traços gerais, as possibilidades que as IPSS têm neste novo Quadro Comunitário de Apoio, mais concretamente, no que ao Alentejo 2020 diz respeito.

João Dias, presidente-adjunto da CNIS, dirigiu-se aos presentes com palavras de incentivo, com o propósito de os instigar a prosseguirem o “bom trabalho” feito, especialmente nos tempos difíceis que o País tem atravessado.

“Atenuar os efeitos da crise foi possível pela generosidade das instituições e pelos representantes do Estado terem compreendido que tal só era possível construindo respostas em parceria”, começou por dizer, acrescentando: “Dentro do rumo traçado em comum, chegámos, não ao ideal, mas o mais longe possível”.

Importante para o representante da CNIS foi que, “neste tempo, criámos a ideia do nós e deixámos a ideia de uns e dos outros”, sublinhando: “O desafio é o desenvolvimento local e nacional, mas fundamentalmente o desenvolvimento das pessoas, sabendo que não vamos ter todos os recursos necessários, pelo que temos que ser empreendedores, ou seja, ousar fazer sem depender”.

Neste sentido, João Dias reforçou uma mensagem que a CNIS vem passando há muito: “Os resultados vão ser fundamentais e, por isso, vamos ter que trabalhar, não para a sobrevivência das IPSS, mas para o desenvolvimento das pessoas”.

Por seu turno, Sónia Ramos, diretora do CDSS de Évora, começou por revelar que está em marcha a celebração de um conjunto de Acordos de Cooperação com diversas IPSS do distrito, entre revisões em alta e alguns novos protocolos, tal como a renovação dos mesmos com as 23 instituições que



no distrito asseguram as 1.205 refeições/dia através da resposta de Cantina Social.

A responsável distrital da Segurança Social congratulou-se ainda pelo investimento de 1,8 milhões de euros nas duas RLIS (Rede Local de Intervenção Social) e nos quatro CLDS (Contrato Local de Desenvolvimento Social), que Sónia Ramos considera de “importância vital no distrito por ter como prioridade debelar a pobreza infantil”.

Já Nuno Alas, em representação da Delegação do IEFP Alentejo, começou por relevar “a importância da Economia Social na criação de emprego”, que representa 5,5% do emprego em Portugal, referindo que o trabalho do IEFP com as instituições da Economia Social passa essencialmente pela formação e pelo apoio ao emprego, em especial, sob a modalidade de estágios.

A terminar, Nuno Alas reafirmou a disponibilidade do IEFP “para ajudar na capacitação dos recursos humanos das instituições sociais”.

Pela CCDR Alentejo, António Costa da Silva, ainda na sessão de abertura, destacou o facto de o Alentejo ter sido “a única região que definiu a Economia Social como elemento temático” no seu Programa Operacional Regional, ou seja, “a única a apostar no Terceiro Setor”.

“A Economia Social faz um excelente trabalho e está genericamente bem equipada, pelo que devemos aproveitar os fundos europeus, para criar uma imagem qualificada da região”, sustentou, lançando um primeiro desafio aos presentes: “Devemos reforçar o trabalho em rede, seja a nível local, seja a nível regional, apostando em formações conjuntas, pois é fundamental qualificar os quadros e colaboradores das instituições e valorizar os dirigentes”.

Relativamente ao Alentejo 2020, ainda de forma genérica, Costa da Silva referiu haver “uma aposta na investigação para melhor se perceber a realidade e saber que tipo de respostas devem ser dadas”, destacando a

importância no fomento do empreendedorismo social e da inovação social.

No segundo momento, António Costa da Silva, vogal executivo da Comissão Diretiva do Alentejo 2020, explanou alguns dos itens a que as IPSS da região podem candidatar-se.

Assim: **Eixo 1** (competitividade e Internacionalização das PME) - Apoio financeiro direto ao empreendedorismo qualificado e criativo (criação de empresas e atividades nos primeiros anos de desenvolvimento), incluindo projetos simplificados (Vales); **Eixo 2** (Ensino e Qualificação do Capital Humano) - Intervenções que favoreçam a melhoria do sucesso educativo e a redução do abandono escolar (FSE); Intervenções específicas e inovadoras dirigidas à melhoria da qualidade do sistema de educação e formação (FSE); Intervenções dirigidas à promoção da igualdade no acesso à educação pré-escolar e ao ensino básico e secundário, incluindo apoio a necessidades educativas especiais e ação social escolar (alimentação) (FSE); **Eixo 3** (Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação) - Projetos de investigação científica e tecnológica alinhados com a EREI (Estratégia Regional de Especialização Inteligente); **Eixo 4** (Desenvolvimento Urbano Sustentável) - Reabilitação integral de edifícios, nomeadamente os destinados a habitação, equipamentos de uso público comércio e/ou serviços; Ações de reabilitação do espaço público e qualificação do ambiente urbano, integradas na reabilitação do conjunto edificado envolvente; no âmbito da promoção da inclusão social - Ações decorrentes de abordagens integradas que garantam as condições mínimas de bem-estar social e promovam a inclusão social; **Eixo 5** (Emprego e Valorização Económica dos Recursos Endógenos) - Formação para a inovação empresarial (FSE); Apoio à criação de emprego por conta própria, ao empreendedorismo e à criação de empresas (FSE/FEDER); **Eixo 6**

AXIS	TOTAL(2014)	2014-2020	FSE
1. Competitividade e internacionalização das PME	984,4	984,4	0
2. Ensino e Qualificação do Capital Humano	1013,3	918,9	918,9
3. Inovação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	919,9	919,9	0
4. Desenvolvimento Urbano Sustentável	1069,9	1069,9	0
5. Emprego e Valorização Económica dos Recursos Endógenos	919,9	919,9	919,9
6. Qualidade Urbana Urbana	1069,9	1069,9	1069,9
7. Inclusão Social e Inclusão	1013,3	1013,3	0
8. Desenvolvimento Socioeconómico de Base Local	1013,3	1013,3	0
9. Melhoria do Acesso e da Qualidade dos Serviços de Saúde e Sociais	1013,3	1013,3	0
10. Qualificação da Rede de Equipamentos Sociais Existentes	1013,3	1013,3	0
11. Eficiência Energética e Mobilidade	1013,3	1013,3	0
12. Valorização do Património Cultural e Natural	1013,3	1013,3	0
13. Valorização do Património Cultural e Natural	1013,3	1013,3	0
TOTAL do PO Regional	10.000,0	10.000,0	10.000,0

(Coesão Social e Inclusão) - Animação territorial e inclusão Social (FSE); Ações integradas (inovadoras e/ou experimentais) de promoção local da inclusão social ativa (FSE); Ações integradas de âmbito local direcionadas para o envelhecimento ativo e saudável das populações (FSE); Inserção social de desempregados (FSE); Desenvolvimento socioeconómico de base local (DLBC) (FSE/FEDER); Melhoria do acesso e da qualidade dos serviços de saúde e sociais (FEDER); Qualificação da rede de equipamentos sociais existentes (FEDER); **Eixo 7** (Eficiência Energética e Mobilidade) - Eficiência e diversificação energéticas nas empresas; **Eixo 8** (Ambiente e Sustentabilidade) - Valorização do património cultural e natural, através de uma abordagem integrada, contribuindo para alavancar o potencial turístico da região.

Costa da Silva realçou ainda que, à exceção do Eixo 7 cujo subsídio é reembolsável, nos demais eixos a comparticipação é de 85% «a fundo perdido».

De seguida, Teresa Dieb, coordenadora do Núcleo de Emprego, abordou três programas de apoio ao emprego e que são o Reativar, que vem substituir o Estágios Emprego, o Emprego Jovem e ainda o Estímulo Emprego. Depois de explicar as condições de candidatura a cada um dos três programas, Teresa Dieb aconselhou todas as instituições a consultarem os serviços do IEFP sempre que pretendam integrar um dos programas para melhor saberem a qual e em que condições o devem e podem fazer.

CÁRITAS PAROQUIAL N.ª S.ª DA CONCEIÇÃO, VILA VIÇOSA

Há utentes que desistem por falta de dinheiro

Apesar de ser Paroquial, em termos de dimensão a Cáritas Paroquial de Nossa Senhora da Conceição, em Vila Viçosa, “equipara-se mesmo à própria Cáritas Diocesana, em termos de volume de trabalhadores e de apoio à população”, refere o padre Francisco Couto, presidente da instituição há três anos.

“Eu não estava cá quando esta casa nasceu, mas foi há 25 anos que um conjunto de pessoas de bem de Vila Viçosa, encabeçados pela D.ª Cremilde Vermelho, entendeu pôr de pé este projeto de ajuda social sempre ligado à Igreja e que aos poucos foi ganhando grande dimensão. Sem casa, nem espaço onde desenvolver as suas ações, a instituição nasceu com a ideia de apoiar a população mais necessitada e, aos poucos, foi-se desenvolvendo e crescendo”, conta o pároco, explicando um pouco o estatuto da instituição: “O normal é haver uma Cáritas Diocesana com polos em vários locais, mas Évora tem duas Cáritas Paroquiais, esta e a de Coruche, que apresentam este tipo de estrutura e que deixaram de ser polos para ter um volume de serviços muito equiparado à Cáritas Diocesana, ainda que as coisas estejam interligadas e haja alguma partilha de situações. Não dependemos é diretamente da Cáritas Diocesana, mesmo até em termos de financiamento e de ajudas, a não ser naquilo que é comum a todas as Cáritas ou polos das Cáritas Diocesanas, que é o Projeto Elos”.

A primeira valência da instituição foi o SAD, que ainda hoje é a maior da instituição, com 120 utentes, apesar de apenas 87 estarem protocolizados. Na mesma altura, a instituição avançou também com o ATL, uma valência que a instituição conseguiu conservar muitos anos, mas que em 2007 foi encerrada. A instituição retomou, entretanto, esta resposta, mas apenas nos períodos de férias escolares e ganhou a denominação de «Cáritas Brinca», movimentando cerca de 50 crianças.

Para além destas respostas sociais, a Cáritas Paroquial de Vila Viçosa tem uma creche com 17 bebés, um Centro de Convívio com 80 utentes, uma ERPI com 19 camas e um serviço de Atendimento e Acompanhamento Social através do qual apoia cerca de uma centena de famílias. Hoje é já um dos grandes empregadores do concelho, com uma equipa de 60 funcionários.

Paralelamente, a Cáritas é que faz, atualmente, a distribuição de alimentos por todas as escolas do concelho, com um protocolo inicialmente gratuito, mas pelo qual agora há uma pequena participação de 170 euros

mensais por parte da autarquia.

Abrangendo uma população de cerca de sete mil habitantes, o padre Francisco Couto considera que, entre as diversas instituições do concelho, o apoio à comunidade está garantido, no entanto, há situações que lhes escapam.

“Não sei se o SAD chega para toda a gente, mesmo com a Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa a dar resposta, o que notamos é que, se calhar, há alguma pobreza envergonhada e nem todas as pessoas têm dinheiro para pagar”, começa por dizer, acrescentando: “Neste momento, estamos a ajudar meia-dúzia de famílias que não pagam rigorosamente nada, mas a Cáritas também existe para isso. Uma das coisas que disse no CLAS foi que não faz sentido ter uma instituição de solidariedade para ajudar as pessoas, mas só aquelas que podem pagar. Na Santa Casa não sei como as coisas funcionam, mas se calhar não chega para todas as pessoas que têm necessidades também por estas razões”.

Para o líder da instituição, “falta dinheiro às pessoas e há muitos pais endividados com os filhos”, algo que acaba por se refletir também na instituição: “Esta é uma realidade grave na nossa zona, e as valências também nos estão a levantar alguns problemas porque as pessoas desistem. O Estado deixa de participar se não tivermos aqueles números contratualizados, mas isto acontece porque as pessoas não têm dinheiro. Agora, o que tentamos é que não falte o essencial às pessoas”.

Inserida numa das zonas economicamente mais deprimidas de Portugal, Vila Viçosa tem sofrido bastante com a crise que o País atravessa.

“A população de Vila Viçosa, neste momento, é pobre. Antes da crise não era tanto... Dito de forma feia, a Guerra do Iraque trouxe muitos problemas a Vila Viçosa, porque os mármore deixaram de faturar e a população estava toda praticamente empregada nessa indústria e as empresas começaram a fechar. Tivemos um CLDS que veio para aqui precisamente por causa do desemprego e da infância desprotegida”, argumenta o pároco, acrescentando: “O concelho é pobre e mal governado, e não estou a falar da Autarquia... As pessoas, tal como por todo o lado, habituaram-se a um estilo de vida que é muito complicado de manter e, se calhar, o RSI também não ajuda muito, porque falta educação social. Nós criámos uma dinâmica de educação social, enquanto tivemos o CLDS, que monitorizou e ajudou cerca de 20 famílias, com acompanhamento



semanal para ajudar a gerir finanças, a cuidar melhor da casa, a usar bem os recursos por poucos que fossem e conseguimos 60% de sucesso... Agora, se a cabeça não muda, não há muito a fazer”.

Com o negócio dos mármore em baixa, as opções da população não são muitas, pois, como refere o padre Francisco, “os campos são impossíveis de cultivar porque está tudo esburacado”.

Para o pároco, a grande necessidade no concelho é fazer “um acompanhamento de apoio à pessoa, que o Estado hoje define como solidão”.

Porém, existem outros problemas, porque “as pessoas têm necessidades básicas, como alimentação, há muita gente acamada em casa e, por isso, a instituição também desenvolve uma forma de estar junto da população através dos centros de convívio, onde está diariamente com as pessoas nos vários espaços, onde as pessoas possam jogar, partilhar as suas histórias e receitas”.

Para estar mais próxima das pessoas, a Cáritas Paroquial descentraliza os Centros de Convívio, que funcionam nos quatro lugares do concelho: Pardais, Bencatel, S. Romão e Vila Viçosa.

Com cerca de 20 utentes em cada um, a instituição mantém esta opção apesar de apenas dois dos Centros de Convívio estarem protocolizados com a Segurança Social.

Laborando num contexto economicamente difícil, a instituição luta diariamente para se manter à tona de água, não deixando de acorrer a quem mais necessita.

“Neste momento, a situação financeira da Cáritas está periclitante, mas não fecha por isso, garantidamente”, assegura o padre Francisco, complementando: “É verdade que estamos com algumas dificuldades, também porque nos metemos em outros projetos, mas a seu tempo conseguiremos alcançar algum equilíbrio. Agora, é preciso é andar sempre com o cinto apertado. Os projetos foram os CLDS+, que nos fizeram avançar



uma quantidade imensa de dinheiro. Depois tivemos que adquirir duas carrinhas novas, o que também nos coloca alguns problemas, e ainda o facto de estarmos a contar com uma quantidade de dinheiro que estávamos a receber pelos serviços que prestávamos e as pessoas começarem a cortar-se porque não têm dinheiro e isto gera uma discrepância. Em alguns casos houve aumento de produtos e de situações que nos criaram alguns conflitos nos últimos tempos, mas estamos a tratar de encontrar o rumo certo e o equilíbrio, quer financeiro, quer de serviços, sem deixar de prestar um serviço de caridade, não no sentido de dar e esquecer, mas de acompanhar”.

E se as questões materiais são sempre um obstáculo a esse trabalho de caridade, também o fator humano levanta alguns problemas à instituição na prossecução da sua missão.

“Nós temos dois tipos de recursos, o humano e o material. Do humano, há muita gente à procura de trabalho ou emprego e encontro muita gente preocupada com o que ganha e, se calhar, pouca gente preocupada com a oferta do seu ser a um serviço social com o nome Cáritas. Depois encontro também alguma generosidade, não de empenhamento ou de compromisso concreto, mas de ser hábito as pessoas darem e, por isso, dão, sobretudo bens materiais, não dinheiro. Dizer que, de facto, há uma busca de trabalho mas, se calhar, sem um compromisso muito claro ao nível da caridade ou da oferta pessoal de fazer o bem ao outro porque o outro está necessitado. E, depois, também sinto que há pouca qualificação para este tipo de trabalho... Este ano desenvolvemos algumas ações de formação, em especial uma que está a decorrer que visa a questão da deontologia no serviço e no trabalho aplicado a este caso concreto que é a área social”, sustenta o pároco, continuando: “A nível material encontramos outras dificuldades. Um pouco subjugados às necessidades do Estado, porque o Estado não pode fazer ação social sem nós, mas, em

muitas situações, também nos coloca num saco fechado, de onde não conseguimos sair sem a bondade de todos os intervenientes da sociedade civil. De facto, às vezes, passamos aqui um calvário por causa das questões materiais, porque é preciso dinheiro para tudo, seja para as carrinhas, seja para os ordenados. Depois, as pessoas não têm dinheiro para pagar e, então, o que fazemos? Isto é em nome da Igreja, por isso não posso deixar de ajudar alguém que precisa só porque o Estado não nos dá dinheiro. Isto é uma luta interior muito grande, porque o Estado obriga-nos a tornarmo-nos uma empresa, as pessoas entendem-nos como uma empresa, mas ao mesmo tempo entendem-nos como alguém que tem que lhes dar tudo o que elas precisam e à maneira delas... Isto gera muitos conflitos interiores. Temos algumas dificuldades de resposta, essencialmente a nível material”.

Mesmo assim, o padre Francisco defende que a população tem uma boa imagem da instituição, que “é reconhecida e sentida, pelo menos as pessoas recorrem muito à Cáritas”.

Com as restantes instituições sociais do concelho, a relação é boa e complementar em muitas situações.

“Entre instituições, encontramos-nos, partilhámos ideias, fazemos ações e projetos em conjunto e falo na Santa Casa, como na Cruz Vermelha, ou nos Vicentinos, alguém mais escondido mas que apoia muita gente, e que se apoiam muito na Cruz Vermelha e na Cáritas. Por exemplo, criámos uma Loja Solidária comum, uma Ludoteca comum. Isto é um meio tão pequeno que não faz sentido, e sou o primeiro a combater, a falta de diálogo entre nós. Depois temos o Dia do Idosos, a Feira Solidária, a Universidade Sénior, tudo projetos comuns”, revela, acrescentando: “Somos muito solidários uns com os outros, agora ao nível da contabilidade e das outras coisas, cada um é por si”.

Face aos obstáculos financeiros, dois projetos que a instituição gostaria de implementar estão, para já, na gaveta. Um é



a construção de raiz de uma ERPI, com 30 camas, em Vila Viçosa, uma vez que o Lar da instituição é no lugar de S. Romão, um equipamento que integraria uma cozinha e uma lavandaria que serviria todas as demais valências. Para além disto, a instituição gostaria de recuperar o edifício-sede e ali instalar novas valências.

No entanto, esperam-se melhores tempos e estuda-se a possibilidade de candidaturas ao Portugal 2020.

Por outro lado, a Cáritas tem um outro projeto mais imediato e que passa por “redefinir um pouco toda a dimensão de apoio

domiciliário, em que a resposta de acompanhamento à solidão possa ser mais evidente e assim a instituição possa dar mais qualidade ao serviço que desenvolve”.

E como seria Vila Viçosa sem a Cáritas Paroquial? “Garantidamente, mais pobre a todos os níveis, mas Vila Viçosa seria mais pobre sem a Cáritas, como seria mais pobre sem a Santa Casa ou sem a Cruz Vermelha... Entre nós entendemo-nos, mas faltando algum isso criaria um certo desequilíbrio”.

ARIFA, SEIXAL

Há 35 anos a servir a população de Amora

Tudo começou quando um grupo de pessoas já retiradas da vida ativa quis mais para o seu dia-a-dia do que encontros e jogos de cartas nos jardins de Amora. Corria o ano de 1978 e volvido um ano, em Novembro, essas pessoas avançaram para a constituição de uma instituição que tivesse um espaço próprio onde diariamente pudessem conviver e fazer algo mais. Nascia assim a ARIFA – Associação de Reformados e Idosos da Freguesia de Amora que teve como valência inaugural, precisamente, um Centro de Convívio, situado no coração da freguesia e onde ainda hoje funciona a sede da instituição e alguns serviços de apoio à população. Atualmente, o Centro de Convívio tem uma frequência variável, funcionando habitualmente com cerca de meia centena de pessoas.

Mas a intenção do grupo fundador era ir muito mais além do que a criação de um simples lugar de convívio.

“Na altura houve um grupo de associados que sentia a necessidade de ter um Lar. Então, foram junto da Câmara Municipal e solicitaram um espaço que era o Palácio de Cheira-Ventos”, começa por contar Fernando Sousa, presidente da ARIFA, prosseguindo: “Tentou-se que fosse nesse local, mas o presidente da Câmara achou que não era o melhor local e sugeriu um outro, que era a Quinta da Princesa. Então, ficámos com este terreno todo, uma cedência municipal por 50 anos, mas como é óbvio isto nunca vai deixar de ser a ARIFA”.

Com um vasto terreno, a instituição começou desde logo a projetar edificar o tão desejado Lar de Idosos, cuja primeira pedra foi lançada em 1980, tendo a inauguração do equipamento acontecido apenas sete anos depois.

“Foi, então, criado este equipamento, com a ajuda do povo, da freguesia da Amora e, mais tarde, da Segurança Social. Aliás, este equipamento foi construído pela Segurança Social e foi entregue à instituição”, recorda o presidente, revelando que a estrutura abriu com um total de 72 camas, sendo que fruto de umas obras de alargamento recentes, ganhou capacidade para mais oito camas.

Com a construção do novo equipamento, a ARIFA passou a concentrar ali todas as valências, exceção feita ao Centro de Convívio, a única resposta que não está na Quinta da Princesa.

“O Centro de Convívio tem a particularidade de, para além das diversas atividades que os utentes desenvolvem, e são todos

muito autónomos, ainda participam nas atividades do Centro de Dia. Para além do Centro de Convívio e da sede, nesse edifício no centro da cidade, funcionou, durante dois anos, o CLDS+, projeto que terminou em Junho”, explica Fernando Sousa, dirigente da instituição desde 1990, acrescentando: “No Centro de Convívio funciona também parte da Cantina Social, porque temos utentes desta resposta na outra parte da cidade, como a Cruz de Pau. Por isso, transportamos a comida para a sede e as pessoas vão lá buscá-la. Por exemplo, no período em que algumas instituições, que têm Cantina Social, fecham para férias, nós asseguramos o serviço e não queremos que nos paguem nada, porque as instituições são e têm que ser parceiras umas das outras. As pessoas é que não podem ficar sem alimentação”.

Logo na altura que abriu o Lar, em 1987, a instituição criou também no mesmo edifício um Centro de Dia, que acolhe 40 utentes.

“É um Centro de Dia muito sui generis, porque tem pessoas com muitas dificuldades ao nível de demências e de locomoção, mas, para além das atividades e da alimentação, como temos um corpo grande de profissionais de saúde também têm apoio médico. Isto tem a vantagem de elas não terem que ir às consultas no exterior. O grande problema destes utentes é o período noturno e quando a situação fica mais complicada sempre que há vaga entram para o Lar e são os próprios a pedir”, relata o presidente da ARIFA, que dá conta do encerramento de um segundo Centro de Dia, que funcionava no edifício da sede: “Em 2014 denunciámo-lo, porque não havia utentes e tinha custos elevados e exigências enormes, pelo que acabámos com a resposta. No entanto, havia pessoas que continuavam a ter necessidade do apoio alimentar ao almoço, pelo que continuamos a levar algumas refeições para lá para esses antigos utentes do Centro de Dia, que pagam um valor quase simbólico. As pessoas que queriam continuar a almoçar lá não deixaram de o poder fazer, porque nós fornecemos-lhes o almoço. Apesar de acabarmos com a valência, mantemos o apoio a quem quer e precisa”.

Neste sentido, Fernando Sousa explica que apesar do rigor necessário, há uma grande flexibilidade na forma de abordar o apoio às pessoas. “Normalmente, costumamos fornecer a alimentação ao fim-de-semana aos utentes de SAD mesmo que não estejam abrangidos pelo serviço de sete dias. Este é um serviço que as pessoas querem, porque muitas delas já não têm capacidade



para ir às compras e até para fazer as refeições, sendo que muitas estão isoladas”.

O isolamento é também um dos problemas das pessoas mais idosas da freguesia, apesar de esta ser urbana e muito populosa.

“Esse é um problema grande, porque muitas das pessoas que moram na Amora estão fora dos seus locais de origem. Hoje, o relacionamento que existe numa aldeia ou numa vila é muito diferente do que existe



numa zona como esta. Se calhar, no mesmo edifício, há pessoas que nem se conhecem... E isso acontece muito aqui. O isolamento das pessoas acontece nos edifícios, muitas vezes com problemas de acesso, devido às escadas dos prédios e às dificuldades de locomoção. Muitas vezes são pessoas que vieram para cá há 30, 40 ou 50 anos, quando eram novas e que moram em andares elevados, de prédios sem elevador, o que as isola. E muitas destas pessoas não têm relacionamento de proximidade com a vizinhança, o que é um problema. Depois nota-se que muitas dessas pessoas não têm familiares por perto. Não tem havido aqui daqueles problemas em que as pessoas estão em casa mortas vários dias, mas a verdade é que, estando em meio urbano, as pessoas estão isoladas”, explica Fernando Sousa, avançando com uma solução que poderia obstar a muitas destas situações: “O que sentimos aqui é a necessidade de implementar a valência de Centro de Noite. E gostaríamos de ter no nosso concelho uma participação mais ativa da Misericórdia, que não tem expressão no apoio direto à população. E é pena, porque normalmente as Misericórdias conseguem ter doações que as IPSS não conseguem e, talvez assim fosse possível fazer residências para instalar Centros de Noite”.

Mais recentemente, no ano de 2011, a ARIFA avançou com um novo projeto, criando uma Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI), que, segundo o presidente, constituiu uma enorme mais-valia para a instituição e seus utentes.

“Aqui há uns anos falava-se muito da necessidade de se ter um espaço onde as pessoas com doença e outras patologias pudessem ser tratadas. Muitas vezes as pessoas saíam do hospital e não tinham acompanhamento. Então quando apareceu o Programa Modelar, apresentámos uma candidatura. Os nossos associados diziam muitas vezes que o que fazia falta era um hospital de retaguarda, já que tínhamos tanto espaço onde o implementar. E, então, quando aparece este Programa Modelar, a Direção

vislumbrou o hospital de retaguarda que os associados tanto pediam. Avançámos e não nos esticámos muito, ficando pelas 30 camas. E quisemos ficar com a Longa Duração e Recuperação no sentido de recebermos pessoas que iriam ser recuperadas e depois continuariam a sua vida”, recorda o líder da instituição desde 2003. O projeto teve participação do Modelar em cerca de 750 mil euros e da autarquia na ordem dos 300 mil euros, o que “foi uma grande ajuda para a instituição”.

Porém, as coisas, atualmente, não são bem como a instituição pensava inicialmente.

“Apesar de a UCCI ter todas as condições para ser um equipamento de grande resposta na recuperação das pessoas, transformou-se, não numa unidade de recuperação, mas quase numa Unidade de Cuidados Paliativos, porque as pessoas que são colocadas na unidade raramente recuperam e hoje temos custos que não eram previsíveis”, sustenta Fernando Sousa, explicando: “A contribuição do Estado para este trabalho é muito inferior às necessidades. Na nossa unidade cerca de 50% dos utentes são alimentados por sonda, com cuidados muito especiais e muitas já não têm recuperação possível. Embora seja um trabalho com grande interesse, porque é muito personalizado, é muito dispendioso”.

Mesmo assim, o presidente da ARIFA não se arrepende, pois a instituição ganhou muito com esta nova valência: “Houve uma exigência grande, mas também uma grande mais-valia para a instituição, porque passámos a ter serviços na ERPI porque temos a UCCI. Por exemplo, agora temos apoio médico permanente, fisioterapia, nutricionista, etc. Tem custos elevados, mas a UCCI veio valorizar muito a nossa instituição”.

Tendo nascido e crescido a trabalhar a área da terceira idade, tendo dado um passo em frente na área da saúde, a ARIFA última mais um alargamento na sua resposta à população de Amora, com a criação da Creche Baleia Amarela, apesar de

algumas resistências iniciais por parte das entidades estatais.

“É verdade, vamos agora abraçar a área da infância, porque consideramos que a família é tudo. Estamos junto a um bairro social e nascem aqui muitas crianças e, depois, temos um grupo de trabalhadores muito jovens ao qual queremos dar oportunidade de terem uma creche onde colocar os filhos. É muito mais confortável para os pais terem um sítio onde colocar os filhos junto ao trabalho”, defende, avançando qual será o passo seguinte da instituição nesta área: “Temos aqui ao lado um jardim-de-infância público, mas que está com dificuldades, e a nossa ideia é, mais dia, menos dia, estarmos ali através de uma parceria. E há também uma escola enorme que é necessário pôr a funcionar e estamos a pensar fazer esse caminho todo”.

Orçada em cerca de 500 mil euros e construída no âmbito do PARES, a creche social, com capacidade para 66 crianças, é um projeto anterior à UCCI, mas que sofreu alguma resistência por parte da Segurança Social que questionou a instituição sobre as suas intenções.

“O projeto inicial é de 2008, mas só agora pôde avançar, porque da Segurança Social diziam-nos por que é que uma associação de reformados queria uma creche! Não aceitámos essa posição, demorou um pouco de tempo, mas insistimos e conseguimos. Digo-lhe com franqueza e alegria que a ARIFA não vai investir dinheiro na construção da creche, porque é paga pelo PARES e pela Câmara Municipal, que mais uma vez participa”, afirma, satisfeito, Fernando Sousa, adiantando que, “neste momento, a situação financeira da instituição é estável”.

“Independentemente destes equipamentos serem comparticipados, antes de o dinheiro chegar é necessário avançar com algum. Tivemos um apoio à tesouraria, para termos dinheiro para funcionar, contraímos uma conta-corrente com uma instituição bancária a que recorremos sempre que precisamos e, neste momento, a instituição tem as contas em ordem

e controladas e não deve nada”, sustenta.

Com a inauguração da creche prevista para o arranque do novo ano letivo, os dirigentes da ARIFA olham o futuro com otimismo e grande ambição.

“A ARIFA tem um projeto global para abranger outra área que é a da deficiência. No concelho do Seixal há um vasto número de pessoas portadoras de deficiência e muito poucas respostas. Só há a Cerci e há muita população a necessitar de apoio. Não tanto de lares residenciais, porque as famílias da população portadora de deficiência assume -a e mantém-na, mas o que a família precisa é um espaço onde possam deixar os filhos durante o dia, ou seja, de um CAO. É isso que pretendemos fazer, já temos um projeto para uma parte do nosso terreno e gostaria de, enquanto aqui estiver, de deixar a instituição com essa resposta. Estamos sempre a rentabilizar o espaço e os equipamentos que temos para melhor servir a população de Amora. Por exemplo, já aqui fazemos as férias inclusivas numa parceria com a APCAS (Associação de Paralisia Cerebral de Almada Seixal), dinamizando atividades e fornecendo a alimentação aos utentes”, revela Fernando Sousa, que considera que a cidade de Amora sem a ARIFA “seria uma freguesia com menos um braço”.

“Pese embora haja outras instituições, sem uma instituição com a abrangência da ARIFA ficaria mais pobre e não falo apenas da freguesia, mas também do concelho, porque durante muito tempo foi a única a ter um lar de idosos. A ARIFA hoje é uma resposta com uma abrangência muito grande e caso não existisse havia um défice muito grande o concelho, porque a instituição não apoia apenas as pessoas que precisam, como é também uma grande parceira de outras instituições”.

Atualmente, com um corpo de 128 funcionários, a ARIFA, para além das respostas já referidas, assiste em SAD 70 pessoas e fornece uma média de 110 refeições/dia no âmbito da Cantina Social.

AMAS

Obrigatório fazer seguros de acidentes pessoais das crianças

Todas as amas terão de fazer seguros de acidentes pessoais das crianças, com proteção no percurso de ida e regresso a casa, segundo um diploma publicado, que está a preocupar a associação daquelas profissionais.

Um despacho publicado hoje em Diário da República vem definir a obrigatoriedade de seguros de acidentes pessoais das crianças, que a presidente da Associação dos Profissionais do Regime das Amas, Romana Sousa, considera dirigir-se para “quem quer entrar na profissão”.

É que as crianças ao cuidado das amas da Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), já têm seguros de acidentes pessoais que são pagos pelas organizações para quem trabalham.

Para Romana Sousa, esta alteração legislativa “vem dificultar ainda mais a vida” de quem quer agora ser ama. “Primeiro criaram as taxas para se poder trabalhar e agora obrigam a ter seguros. Parece que o objetivo é aumentar as complicações para gerir a nossa atividade”, alertou a responsável, referindo-se à última portaria que, na semana passada, veio definir que o exercício da profissão carecia da emissão de uma autorização que custa 110 euros.

Defensora do seguro, Romana Sousa lembra no entanto que tal representará mais um custo para as amas que acabará sempre por se refletir no valor mensal a pedir aos pais.

“As pessoas que recorrem às amas têm normalmente algumas dificuldades financeiras, porque quem tem dinheiro opta por contratar alguém para ficar na sua

casa, ficar todo o dia com os seus filhos e ainda tratar da casa. Se vão exigir mais este seguro, o custo de deixar uma criança na ama vai subir e muita gente não terá essa capacidade”, alertou.

Romana Sousa teme voltar a encontrar histórias como as que via há 20 anos no seu bairro, na zona J de Chelas, em Lisboa, quando começou a trabalhar: “Os miúdos ficavam sozinhos, com os irmãos ou com os vizinhos. Vamos voltar aos tempos em que a responsabilidade era de quem estivesse mais perto”.

O diploma publicado define que “o contrato de seguro de acidentes pessoais das crianças em ama cobre os danos causados por eventos ocorridos no domicílio da ama e em locais onde a mesma se desloque com a criança para atividades lúdicas

e de convívio, durante o horário de permanência da criança aos seus cuidados, bem como no percurso de ida e de regresso entre o domicílio e os referidos locais”.

Para Romana Sousa, um seguro que incluía a viagem que os pais fazem para levar as crianças para casa da ama não faz qualquer sentido.

A portaria publicada surge no seguimento da lei que veio regular, pela primeira vez, a profissão de ama e foi publicada em Diário da República, a 22 de junho.

Para as amas que atualmente se encontram a exercer a atividade, enquadradas, técnica e financeiramente, pelo Instituto de Segurança Social (ISS), foi estabelecido um plano de transição para o novo regime, tendo em conta a proteção das profissionais e das famílias que dispõem do serviço.



SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS

ECONOMIA SOCIAL



GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E OPERACIONAL

SOFTWARE PARA VÁRIAS RESPOSTAS SOCIAIS

SOLUÇÕES WEB
PUBLICAÇÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO (DL n.º 172-A/2014)

- Centro de dia ✓
- Centro de noite ✓
- Cantina social ✓
- Unidade de cuidados continuados ✓
- Clínica ✓
- Internamento ✓
- Creche ✓
- Educação pré-escolar ✓
- Atividades de tempos livres ✓
- Centro de atividades ocupacionais ✓
- Estrutura residencial para idosos ✓
- Serviços de apoio domiciliário ✓

FORMAÇÃO . 2015

- **FORMAÇÃO EM SALA**
 - Contabilidade
 - Fiscalidade
 - Legislação Laboral
 - Gestão
 - Recursos Humanos
 - Informática
- **FORMAÇÃO A DISTÂNCIA [Live Meeting]**
 - Novidades legislativas
- **FORMAÇÃO A MEDIDA**
 - Gestão de IPSS
 - Informática
 - Gestão
 - Recurso Humanos



Montepio

Valores que crescem consigo.

A F3M é o parceiro estratégico do Montepio na oferta de soluções informáticas para a Economia Social.

● **CONGRESSOS E SEMINÁRIOS**

+INFO. em www.f3m.pt



F3M Information Systems, S.A. | www.f3m.pt | Head Office, Braga | Lisbon Branch, Lisboa | Moçambique Branch, Maputo | Angola Branch, Luanda

HEAD OFFICE: Edifício F3M, Rua de Linhares, 4715-435 BRAGA | Tel. (+351) 253 250 300 | e-mail: contacto@f3m.pt | LISBON BRANCH: Rua Luís de Camões, n.º 133, 1.º C, 1300-357 LISBOA | Tel. (+351) 213 636 271 | e-mail: info@f3m.pt

IX FESTA DA SOLIDARIEDADE

12 DE SETEMBRO DE 2015 ÉVORA

PRAÇA DO GIRALDO

PERCURSO DA CHAMA DA SOLIDARIEDADE

DIA 7/9 - SAÍDA DO PORTO

DIAS 8/9 E 9/9 - DISTRITO DE PORTALEGRE

DIAS 10/9, 11/9 E 12/9 - DISTRITO DE ÉVORA



UDIPSS ÉVORA

Queremos despertar as IPSS e as comunidades

Aos 25 anos é o mais novo presidente de uma UDIPSS e um dos mais jovens dirigentes do Setor Social Solidário. Tiago Abalroado assumiu a presidência da União Distrital de Évora em fevereiro do corrente ano e, logo no primeiro Conselho Geral em que participou, arrebatou a Festa da Solidariedade para a capital do seu distrito. À frente da UDIPSS Évora já conseguiu aumentar em cerca de 20 instituições o número de associadas (atualmente são 80), congratulando-se com o facto de “todos os meses tem havido novas adesões”.

SOLIDARIEDADE - O que é para Évora receber a Festa da Solidariedade?

TIAGO ABALROADO - É talvez uma forma mais imediata que vamos ter para poder abanar esta coisa toda, passo a expressão, e para dizer que estamos aqui. Faz falta às comunidades do nosso distrito um abanão destes a fim de as despertar. E este vir da Chama, que tem um valor tão simbólico e importante, é também o chegar às populações de diversos concelhos e vai fazer essas pessoas mobilizarem-se em torno daquele valor, o que considero muito importante. Primeiro, até por esta imagem que o Alentejo tem, que não se passa aqui nada e que está tudo adormecido, portanto é uma forma de revitalizar o Alentejo e, depois, conseguirmos, juntamente com as instituições, mobilizá-las. Se estamos, como União, a querer dar um salto qualitativo na nossa presença no distrito, ele tem que ser acompanhado pelo salto das instituições, daí tentar chamá-las para a rua com os seus utentes e colaboradores para festejar a solidariedade e envolver as comunidades também. Penso que é muito importante para a cidade e para o distrito receber a Festa e a Chama da Solidariedade e é quase como um assinalar do nosso primeiro ano de atividade na União Distrital.

Como foi o arranque de funções à frente da União?

Por um lado, houve a revitalização desta União que estava um pouco adormecida e as IPSS queixavam-se de alguma falta de resposta às solicitações e às necessidades. Nesse sentido, quisemos logo imprimir outra dinâmica e mudar a imagem da União na cabeça dos dirigentes e das instituições. E temos conseguido ver reconhecido este nosso esforço, porque onde vamos e com quem falamos é reconhecido o trabalho que temos feito.

Como tem sido estabelecido esse contacto com as IPSS?

Desde que assumimos funções todos os



meses temos promovido um encontro sobre uma temática de interesse para as instituições. Por nossa iniciativa ou em conjunto com a CNIS desde fevereiro que tem havido sempre alguma atividade para as instituições. E temos também visitado algumas instituições. Temos andado a arrumar a casa, a conhecer as pessoas e as instituições e tem sido um trabalho muito construtivo.

Quais as grandes necessidades das IPSS quando contactam as instituições?

Sobretudo as questões jurídicas. Esta é, talvez, a área em que as instituições se mostram mais sedentas, a da parte jurídica, a da aplicação dos estatutos, as novas circulares, as orientações técnicas da Segurança Social, tudo o que está a mexer com a parte mais legislativa das instituições, elas estão a mostrar mais preocupação, mas também as questões do dia-a-dia, como as horas de trabalho, as remunerações, etc. Mais recentemente, a questão dos fundos comunitários. Nós fizemos um trabalho de divulgação intenso e em conjunto com a CCDR e a Segurança Social fizemos um mapeamento, porque havia a necessidade de fazer um reconhecimento no terreno dos projetos mais prementes, o que sensibilizou as instituições para os fundos europeus. Como não há verba para edificado, este era um passo necessário e um dos nossos primeiros contactos com as instituições foi esse, o que levou também as IPSS a contactarem-nos para esse efeito.

Que retrato traça das IPSS no distrito?

As instituições de Évora vão um bocadinho na linha daqueles que são os grandes desafios e do retrato das IPSS do resto do País. Em Évora temos um número razoável de IPSS, tendo em conta a densidade populacional do distrito. No total serão cerca de duas centenas e temos uma realidade que é muito marcada por pessoas que já levam muitos anos à frente de instituições e isso também

passará por criar uma bolsa de técnicos, sobretudo na área da saúde e da reabilitação, que possa ser partilhada pelas instituições. Esta é uma ideia que queremos pôr em marcha já em Setembro. Assim, contribuimos para a empregabilidade dos técnicos e para aliviar os custos às instituições.

Como é a relação das IPSS com as autarquias?

Com as autarquias depende muito de concelho para concelho, pois há umas mais abertas e outras nem tanto. Ideologias à parte tem mais que ver com as pessoas.

E com o Centro Distrital da Segurança Social (CDSS)?

Com o CDSS a relação é excelente, porque tem sido, desde a primeira hora, um parceiro muito importante no distrito. A diretora distrital, a Dra. Sónia Ramos, tem-nos acompanhado em todas as nossas ações, tal como temos procurado ter uma participação ativa na CDAAPAC (Comissão Distrital de Acompanhamento e Avaliação dos Protocolos e Acordos de Cooperação). Ao nível da plataforma supraconcelhia da rede social também temos tentado enriquecê-la com o nosso contributo. Existe de facto uma relação de grande proximidade, pessoal e institucional, e que tem contribuído muito para desmistificar esta coisa de ver o Estado como tutela, mas como Estado-parceiro. Aqui podemos dizer que temos uma representação do Estado que realmente é nosso parceiro e que está para ajudar as IPSS.

E qual a grande necessidade em termos de resposta social no distrito?

Talvez ao nível da demência e da deficiência ainda falte alguma coisa. Parece-me que para fecharmos a rede de respostas na área da demência ainda falta alguma coisa. De resto, a rede de respostas são muitas e boas.

E como é ser o presidente de UDIPSS mais novo de todos, a larga distância de todos os outros?

É engraçado estar no Conselho Geral e toda a gente ser mais velha, mas ao mesmo tempo permite aprender, porque nestas coisas, seja entre mais velhos ou mais novos, a nossa postura deve ser sempre de aprendizagem e de poder tirar daquelas pessoas toda a sua experiência. Tem sido essa minha postura desde a primeira hora, dando também os meus contributos

traz algumas consequências para a própria gestão das instituições. Depois, temos a célebre questão dos Centros Sociais e Paroquiais em que os párocos estão a frente, mas depois os técnicos queixam-se das Direções ausentes. E há também a carência formativa, quer dos técnicos, quer da área operacional. Neste momento estamos a fazer um diagnóstico de formação ao nível das IPSS do distrito, para também elaborarmos um plano de formação que vá ao encontro das necessidades das IPSS. E temos também a questão da sustentabilidade, que vem sempre à baila nestas coisas, e a falta de sustentabilidade das respostas. Encontramos um conjunto de problemas nas IPSS muito direcionados para a sua gestão económico-financeiro, mas os problemas que aqui enfrentamos são idênticos ao resto do País.

A interioridade e as distâncias são obstáculos ao trabalho das IPSS?

Penso que não, porque, por exemplo, a interioridade o que fez foi com que surgissem muitas instituições, também devido às distâncias. Não existe falta de resposta, o que existe, talvez, é uma falta de articulação entre as instituições e isso, sim, poderia ser potenciado em benefício de todos. Ainda continuamos a ver as instituições muito voltadas para si próprias e para o seu quintal.

Esse é um desafio para a União?

Sem dúvida, porque temos que esbater esta prática. Temos cenários complicados por falta de articulação, porque instituições que estão na iminência de fechar creches com instituições ao lado que, se calhar, podiam absorver aquelas respostas e, durante um tempo, prestar assistência a algumas crianças... O objetivo é vencer a desertificação através das sinergias, porque há instituições com capacidade mas que não têm utentes. Neste sentido da partilha, a nível da União já temos um projeto, mais ou menos, estruturado e que

FESTAA12 DE SETEMBRO

Évora vai ser a montra do país solidário

A Festa da Solidariedade tem este ano o epicentro em Évora. É a nona edição de uma iniciativa que começou em Lisboa, em Setembro de 2007, seguiu para Barcelos, passou por Viseu, Castelo Branco, Santarém, Faro, Guarda, Porto e agora chega a Évora.

A primeira parte da Festa é a tradicional iniciativa da Chama da Solidariedade que estabelece a ligação entre o último local da festa, Porto, e o destino deste ano: Évora. A organização está a cargo da União Distrital das Instituições Particulares de Solidariedade Social local com a cumplicidade da CNIS.

Eleutério Alves, elemento da direcção da CNIS e provedor da Santa Casa da Misericórdia de Bragança, é, pelo nono ano consecutivo, o líder da comissão encarregada da organização da Festa da Solidariedade. Depois de um balanço francamente positivo da edição de 2014 importa saber se ainda é possível inovar na Festa da Solidariedade.

SOLIDARIEDADE - Ao cabo de nove edições da Festa da Solidariedade ainda é possível inovar?

Eleutério Alves – É sempre possível inovar. Os objetivos que nós definimos para esta festa no primeiro ano são os mesmos que ainda hoje perduram. Não mudaram. A razão de ser da Festa é dar visibilidade às IPSS e à rede Solidária; dar visibilidade às boas práticas que se fazem nas instituições de solidariedade social. Mostrar que as IPSS estão vivas e praticam o bem. Numa altura destas é fundamental dizer ao país que há uma resposta social pronta, capaz e disponível.

A Festa vai ser este ano em Évora depois de ter passado já por oito distritos diferentes. É mostrar a solidariedade ao país quase cidade a cidade...

Évora é um distrito onde nunca se tinha feito nada. A Chama da Solidariedade passou por lá numa edição anterior, mas apenas por umas horas. Évora, Beja e Portalegre eram distritos que estavam ainda fora desta rota. A escolha de Évora é por isso muito pertinente. O Alentejo precisa que as IPSS que tem, e que são muito dinâmicas, se mostrem ao país para que se faça a justiça de reconhecer que o Alentejo está bem coberto pela rede solidária.

A visibilidade que este setor



solidário tem tido está relacionada também com o sucesso destas iniciativas?

Tem que ver. Há de facto um reconhecimento público, que é muito importante para nós. Mas também um reconhecimento político, designadamente por parte dos últimos governos, que percebeu a força e a disponibilidade deste setor para ajudar verdadeiramente o país nos momentos mais difíceis. O papel relevante da capacidade de resposta das IPSS tem sido reconhecido pelos governos e pelos partidos. Estas iniciativas mostram a face das instituições. Numa altura destas em que se fala de muita coisa má que acontece em Portugal também é necessário mostrar o outro lado: o país tem recursos solidários aparentemente inesgotáveis. A rede solidária é uma rede de salvação. É evidente que o trabalho que a CNIS tem desenvolvido, sobretudo sob a liderança do padre Lino Maia, tem contribuído, de forma importante, para esta credibilização das IPSS, da rede solidária e para a imagem que elas hoje mantêm. Mas se não fosse o esforço que elas fazem e desenvolvem nas boas práticas que colocam no terreno social, por muito que a CNIS fizesse, a projeção da imagem não seria conseguida. Elas são as grandes responsáveis pelo bem social que se faz neste país.

A Festa tem duas vertentes, a Chama da Solidariedade e a Festa. A Chama da Solidariedade com a sua passagem por muitas localidades exhibe a malha fina da Rede Social...

A Chama da Solidariedade é uma atividade que procura unir as IPSS ao longo do país. Isto por etapas. Parte do local onde se realizou a última festa para chegar ao sítio da próxima festa. Pelo caminho, vai chamando a atenção para a Rede Solidária e para as instituições. As IPSS abrem as portas e os utentes e funcionários partilham momentos de alegria com o cortejo que transporta o facho aceso.

Este ano qual é o percurso?

A chama vai ligar o Porto a Évora. Contrariamente ao que tem acontecido, vai haver um traçado em que a Chama vai fazer a viagem em ritmo acelerado. No dia 7 de Setembro haverá uma saída simbólica do Porto e no dia 8 é recebida no distrito de Portalegre, onde estará durante dois dias. Fazemos isto porque na mancha central do país - Coimbra, Guarda, Castelo Branco e Viseu -, a Chama, noutras edições, já passou duas vezes. Vamos por isso concentrar as iniciativas nos dois distritos mais próximos do epicentro da Festa. Nos dias 10 e 11 estará pelo distrito de Évora.

Durante quatro dias em Évora e Portalegre a Chama terá programas interessantes, envolvendo todos os concelhos e todas as IPSS, dando a visibilidade que se pretende aos parceiros sociais.

A Festa propriamente dita será em Évora com o formato habitual?

Haverá a chegada da Chama a Évora no dia 11 de Setembro à noite, com animação proporcionada por instituições do distrito, mostrando também as atividades culturais e recreativas das IPSS. No dia 12 a animação será quase toda de instituições de fora do Alentejo para que elas levem até Évora a sua cultura, tradição, a sua animação, para um intercâmbio de experiências e pessoas e de alguma forma mostrar as diferenças na igualdade de objetivos, no esforço que desenvolvem para dar dignidade à vida das gentes mais desfavorecidas.

O objetivo é que muita gente lá vá. Por ser em Évora isso é mais complicado?

Não sei se será mais difícil. É claro que o Alentejo tem menos gente do que outras regiões do Norte ou Lisboa. Mas nós fizemos festas em Castelo Branco e Guarda e a diferença não foi muita em termos de presença de público. Vamos fazer a Festa na Praça do Giraldo e é uma oferta às gentes locais e contamos com a colaboração da cidade. Acredito que vamos ter bastante público. Está a uma hora de Lisboa, a uma hora do Algarve está a uma hora de Castelo Branco... Estamos confiantes.

A Festa acontece a cerca de um mês das eleições. É também uma boa forma de alertar os partidos para a Solidariedade...

Também é. Faz parte do formato da Festa um momento institucional onde o presidente da CNIS faz uma intervenção político-institucional e, seguramente, ele vai aproveitar para induzir na narrativa das campanhas dos partidos as perspetivas da CNIS sobre as políticas sociais. Esperamos também que os partidos se aproximem de Évora nesse dia de Festa para que percebam o que é a Rede Solidária. Para que percebam que não são só os acordos de cooperação que o Estado faz com as IPSS para garantir uma ação social direta. A solidariedade é muito mais do isso. Seria bom que aparecessem..

António José da Silva
ajsilva@sapo.pt



Um problema sem solução

Nos últimos tempos, a atenção dos Meios de Comunicação Social esteve de tal maneira concentrada no chamado problema grego, que a maioria dos europeus quase não deu pela realização de uma cimeira importantíssima, já que o seu objectivo era encontrar, finalmente, uma solução para a tragédia dos milhares de migrantes que, por mar ou por terra, pretendem chegar à Europa. E dizemos finalmente, porque, independentemente da solução que se procurava, esta já não chegaria a tempo de evitar o sofrimento e a morte de tanta gente que, em desespero, buscava no velho continente um porto de abrigo para fugir à fome, à guerra ou às perseguições.

Durante demasiado tempo, os governos europeus não deram, pelo menos à primeira vista, a atenção devida a um drama cuja dimensão se agravava a cada dia com o naufrágio dos muitos barcos que transportavam, em condições miseráveis, milhares de migrantes. Foi então que o papa Francisco se deslocou à ilha italiana de Lampedusa, onde fez um apelo emocionado e emocionante a quantos têm responsabilidades políticas e sociais na Europa, no sentido de se encontrar e promover uma solução que pusesse fim, ou ao menos mitigasse, a dimensão do escândalo. Mas, para lá das manifestações de boa vontade que se fizeram ouvir, as semanas que se seguiram ao apelo do bispo de Roma deixaram no ar a ideia de que tudo continuaria na mesma. Mas tal não aconteceu, porque, felizmente, algumas decisões foram tomadas, embora haja motivos sérios para duvidar da sua eficácia plena.

As razões para este pessimismo são várias, mas a primeira e a mais grave tem a ver com a distribuição de todos aqueles que por terra ou por mar fogem em direcção à Europa. Os membros da União aceitaram o princípio de uma distribuição justa de todos esses migrantes, mas nem todos partilham a mesma ideia dessa distribuição. Primeiro, porque alguns já suportam, há anos, as consequências sociais e económicas do afluxo contínuo de milhares de fugitivos, e não querem ser sobrecarregados ainda mais. Depois, porque outros não têm condições suficientes para garantir a sua empregabilidade, numa altura em que os seus próprios cidadãos se debatem na busca, tantas vezes desesperada, de um posto de trabalho. Finalmente, há ainda os que, tendo embora essas condições materiais, temem as reacções dos seus cidadãos, face ao que muitos consideram uma invasão de gente estranha. E não querem perder os seus votos.

Por todas estas razões, a distribuição pela Europa de todos aqueles que fogem do continente africano e do Médio Oriente afigura-se pois uma tarefa (quase) impossível.



Foto: D.R.

Padre José Maia
jose.maia@cic.pt



Misericórdia e solidariedade



Foto: D.R.

Quem, como nós, se sentir “militante praticante” da SOLIDARIEDADE, não poderá ficar indiferente ao anúncio de um JUBILEU EXTRAORDINÁRIO DA MISERICÓRDIA no ano de 2016, feito pelo Papa Francisco.

Quem se recorda do “Maio 68 e do Concílio Ecuménico Vaticano II”, Eventos que marcaram um ciclo de Mudança na Sociedade e na Igreja, poderá presentir que o ano de 2016, e graças ao JUBILEU EXTRAORDINÁRIO DA MISERICÓRDIA, poderá surpreender-nos com novas visões geoestratégicas e até de mundividência cristã e ecuménica e com inimagináveis soluções políticas, económicas e sociais que poderão fazer soprar no Mundo ventos de MUDANÇA!

Para fundamentar esta esperança, permito-me citar o efeito que poderão gerar, na mente e no coração de quem comanda os destinos dos Povos, as seguintes frases programática apresentadas pelo Papa Francisco para este Jubileu:

“...Neste Ano Santo (JUBILEU), poderemos fazer a experiência de abrir o coração àqueles que vivem nas variadas periferias existenciais, que muitas vezes o mundo contemporâneo cria de forma dramática”!

“...Quantas situações de precariedade e sofrimento presentes no mundo atua”!

“...Quantas feridas gravadas na carne de muitos que já não têm voz, porque o seu grito foi esmorecendo e se apagou por causa da indiferença dos povos ricos”!

“...Não nos deixemos cair na indiferença que humilha, na habituação que anestesia o espírito e impede de descobrir a novidade, no cinismo que destrói. Abramos os nossos olhos para ver as misérias do Mundo, as feridas de tantos irmãos e irmãs privados da própria DIGNIDADE e sintamo-nos desafiados a escutar o seu grito de ajuda. Que o seu grito se torne o nosso e, juntos, possamos romper a barreira de indiferença que frequentemente reina soberana para esconder a hipocrisia e o egoísmo”!

“O Sétimo dia”

I - O início dos mandatos de Durão Barroso como Presidente da Comissão Europeia, para além da investidura vestibular na cimeira dos Açores - onde se decidiu, com falsificadas razões, a invasão do Iraque, e, por não melhores razões, a sua nomeação para Presidente da Comissão - ficou também marcado pelo debate sobre o Tratado Constitucional, que a nomenclatura de Bruxelas quis na ocasião impor aos povos da União Europeia, para mais rápida e afeiçoada “normalização”, sob uma mesma batuta, dos diversos modos de vida dos vários países que constituem essa mesma U.E.

Como os meus pacientes leitores se lembrarão, uma das matérias de divergência, no debate que em alguns países se suscitou sobre o projecto de Tratado Constitucional, consistia em saber se se justificava a referência às raízes cristãs da Europa no preâmbulo do texto dessa falhada Constituição.

A pertinência de tal menção foi defendida, quer por João Paulo II, quer por Bento XVI, ambos salientando o papel de S. Bento, do Século VI - declarado Padroeiro da Europa pelo primeiro desses Papas -, e do subsequente movimento conventual, na definição da identidade de uma Europa onde se cruzavam a tradição greco-romana do Império e a emergência dos povos bárbaros/germânicos do Norte, recém-convertidos ao cristianismo.

Entendam os referidos Papas - bem, a meu ver, passe o atrevimento - que uma Constituição não é um mero aglomerado de normas, devendo tais normas traduzir o desenvolvimento de um conjunto de princípios e valores estruturantes do sistema jurídico de que a Constituição constitui o “corpus” normativo essencial.

Como são as Constituições dos países democráticos!

Ora, esse cimento dado pela Igreja medieval ao conjunto de povos e de países, desde as margens - ambas as margens! - do Mediterrâneo até ao território do turco e do Islão, marcou, com efeito, de forma muito intensa, a identidade do território europeu.

Tão intensa que durou até quase aos nossos dias: eu próprio ainda fui educado nessa identidade, que moldava o nosso País e ordenava o nosso dia-a-dia até há duas ou três décadas atrás, ao ritmo do toque dos sinos.

Era adequado, diziam os Papas, que uma identidade que resistira quinze séculos devesse ser referida pelo nome num documento fundador de uma nova ordem europeia.



II - Tal debate perdeu oportunidade com a rejeição do texto do Tratado Constitucional pelos povos que, com cultura e tradição democrática mais antiga e viçosa do que a nossa - dizem os ingleses que a democracia é como a relva dos seus jardins, são precisos séculos de rega para ficarem com o verde que têm -, foram chamados pelos respectivos governos a votar a prevalência desse Tratado sobre as ordens constitucionais próprias e privativas dos respectivos Países.

E votaram contra - como eu votaria, se pudesse.

É certo que o Tratado Constitucional saiu da agenda - como agora se diz.

Mas as vinculações que os cidadãos europeus rejeitaram, em sucessivos referendos, vão regressando, insidiosas e à socapa, agora à sombra de uma agenda oculta.

Como escreveria Sophia de Mello Breyner Andresen, por “... maneiras ... /Tão sábias tão subtis e tão peritas/ Que nem podem sequer ser bem descritas”.

Seja sob as vestes do Pacto Orçamental, do limite constitucional do défice ou do TTIP - Acordo de Parceria Transatlântica para o Comércio e Investimento, a que apontam o objectivo de transferir para as grandes seguradoras, em nome do dogma da concorrência, os bens públicos, como o sistema público de pensões -, a tentativa da subjugação dos povos europeus aos interesses do capital financeiro internacional não conhece tréguas.

Sobre este TTIP, um jornal tão insuspeito como o Público ainda há pouco alertava: “... tanto as negociações como os objectivos do TTIP têm sido alvo de grande controvérsia. Acusados de manterem o que se está a passar sob um manto de secretismo incompatível com as regras do jogo democrático e da transparência exigível numa sociedade aberta, os negociadores têm também sido objecto de suspeitas de favorecimento dos interesses das grandes multinacionais. Tais suspeitas avolumaram-se recentemente aquando da divulgação de uma carta subscrita por 14 países, entre os quais Portugal, defendendo a introdução de uma cláusula a favor da criação de mecanismos arbitrais que permitem às empresas estrangeiras ultrapassar os tribunais dos Estados, recorrendo a uma mediação externa”

(Sempre sobraria algum para os escritórios de advogados que convivem com o poder, donde normalmente são designados os árbitros do Estado ...)

III - Vou partir, como é hábito, para férias na Galiza, essa extensão da nossa identidade celta.

Como já aqui escrevi, esperam-me domingos de comércio encerrado - mesmo nos centros comerciais -, sem transigências com a vontade dos consumidores ou as exigências dos mercados.

Para incomodidade minha e dos turistas em geral, privados do pão galego, do

presunto ibérico ou do albariño - mas respeitando o carácter festivo do domingo e o direito ao descanso dos trabalhadores espanhóis.

Em Espanha, o domingo ainda é “festivo”.

Por outro lado, na receita grega da troyka, também neste assunto não faltou o diktat: liberalização do comércio, com obrigatoriedade de abertura ao domingo dos estabelecimentos e dos centros comerciais.

Assim regulando até esse grau de minúcia e de intrusão a vida quotidiana dos gregos.

Como referiu Joseph Ratzinger, pouco antes de ser eleito Papa: no seio do pensamento dominante da UE, “os direitos das diferentes culturas só serão viáveis na medida em que respeitarem os critérios da cultura iluminista - radical - e a ela se subordinem”.

(Se se pode chamar “iluminismo” aos procedimentos burocráticos dos mangas de alpaca ...)

A União Europeia, a que também pertencemos e onde temos um voto, prefere obrigar as autoridades gregas a garantir aos consumidores pão fresco ao domingo a adoptar políticas comuns que evitem a morte de milhares de refugiados na travessia do “Mare Nostrum”, junto às costas da Grécia e da Itália.

Lampedusa é a metáfora desta Europa de regulamentos e de restrições, em detrimento das pessoas e dos povos.

Querem abrir as lojas ao domingo?
E porque não as fronteiras?

Henrique Rodrigues
Presidente
do Centro Social de Ermesinde



Falta de crianças é preocupação

Sempre dedicada à infância, a Casa do Sagrado Coração de Jesus, em Évora, foi fundada em 1961, mas só se abriu às crianças em 1970, recebendo sete petizes. Foi um pedido expresso do arcebispo de então à Congregação das Servas da Sagrada Família para as missões alentejanas.

Instalada na Quinta do Pio, entre Canaviais e Bacelo, dois lugares à entrada da cidade de Évora, a casa pertence à congregação que cede as instalações à Obra de Promoção Social da Sagrada Família, “enquanto for necessário para desenvolver estas atividades”, afirma a madre superior Maria Luísa Pinto, que sobre as origens dos utentes revela: “As nossas crianças vêm de toda a zona de Évora. Isto parece que fica fora de mão, mas não fica, porque, por exemplo, os pais que vêm da Igreja ou da Azaruja passam por aqui. Essencialmente são filhos de pais que moram fora de Évora mas trabalham na cidade e vice-versa”.

Hoje, a instituição acolhe cerca de meia centena de petizes em creche e 73 em Pré-escolar, as duas únicas valências que tem, mas nem sempre foi assim.

“Para além das atuais valências, já tivemos um ATL, que foi encerrado porque a pouca distância, entretanto, abriram duas respostas dessas e como tinham prolongamento e nós não temos transporte, os pais optavam pelos outros e, então, desativámos essa resposta”, afirma, acrescentando: “Tivemos também um lar de crianças e jovens, que teve início em 1995, mas em 2010 começámos a verificar que as crianças que nos chegavam já não éramos nós que as admitíamos, pois tinham que vir pelas entidades superiores, e face às idades que nos propunham verificámos que não tínhamos condições físicas para as receber. Conseguimos enquadrá-las todas, umas nas famílias, outras adotadas e outras em instituições e desativámos a resposta. Chegámos a receber crianças com meses, mas para o final já eram jovens com 18 e 19 anos e não tínhamos condições”.

Para dar resposta às cerca de 130 crianças, a instituição conta com 20 funcionárias e cinco religiosas. Chegaram a ser nove irmãs, mas três, entretanto faleceram, e a falta de novas religiosas tem levantado também alguns problemas à Direção da Casa, especialmente devido ao carácter da instituição: “Face à pouca entrada de religiosas, a nossa grande preocupação é que o pessoal interiorize o nosso carisma, que passa por atender



as crianças que não podem pagar. Essa é que é a nossa missão. De resto, queremos trabalhar as crianças por forma a desenvolvê-las nas dimensões cultural, física e religiosa e isso não é fácil. Por exemplo, temos grande dificuldade em encontrar uma diretora que encare a dimensão religiosa como as outras duas. Para nós a dimensão religiosa é tão importante como a cultural e a física”.

Mesmo assim, a grande preocupação da irmã Maria Luísa Pinto é o decréscimo acentuado do número de crianças.

“Hoje diria que a dificuldade financeira é de todos, mas a maior dificuldade é não termos crianças. Se não tivermos crianças, não podemos ter o pessoal. Este é o primeiro ano em que sentimos algum decréscimo de crianças, o que vai refletir-se no próximo ano letivo”, começa por afirmar, acrescentando: “Não podemos dizer que temos grandes dificuldades, porque a nível financeiro, o que damos é o pouco... Deus vai-nos dar o muito e o muito foi este projeto. A nível do pessoal, onde há o ser humano estão as limitações, um dia mais em baixo, outro mais em cima, portanto, diria, que a maior preocupação é não termos crianças. Mesmo que paguem pouco ou não paguem vale a pena, porque estamos a fazer bem à população e estamos a seguir o carisma para que foi aberta a Congregação”.



E se é certo que a Casa do Sagrado Coração de Jesus não tem dívidas a não ser à Congregação, as questões financeiras estão permanentemente em cima da mesa, são poucos “os pais que pagam com gosto”.

“Temos um número reduzido de pais que pagam e que pagam com gosto. Temos um número grande que paga, apesar de ser um valor muito baixo, e, depois, temos um conjunto de pais que não paga. Já que temos que fazer o bem, decidimos que não sai nenhuma criança porque os pais não podem pagar. Temos, de facto,

alguns pais com grandes dificuldades, em que os dois estão desempregados e claro que é impossível pagar seja o que for. Por isso, temos sempre um valor entre os sete e os 11 mil euros em que fazemos donativo às famílias no final do ano. A Direção decidiu que essas crianças ficariam mesmo sem pagar e no final do ano passamos uma declaração aos pais dizendo que é um donativo àquela família”, revela a madre superior, referindo que nem todos os pais aceitam esta solução: “Temos umas famílias que por timidez e outras que acham que não precisamos que ficam



em dívida. E neste particular temos tido um grande número. Uns porque não querem pagar e outros porque não aceitam o donativo”.

E se a situação sofreu algum agravamento com a crise que o País atravessa, a verdade é que, segundo a religiosa, sempre houve progenitores que consideram que não têm que pagar pelo serviço que lhes é prestado: “Talvez agora haja mais situações destas por causa da crise, mas sempre tivemos pais que não pagavam porque, pura e simplesmente, não queriam pagar. E há alguns anos algumas crianças deixavam de vir porque não pagavam. Se estão os dois a trabalhar, se não têm uma despesa que demonstrem que não podem pagar, então não podem estar na instituição. Isto foi falado com as entidades superiores... Era uma questão de carência não financeira, mas há muitos anos que ninguém sai porque não pode pagar. O que fazemos é, na altura das inscrições, acordarmos sempre um valor de prestação em função dos documentos de rendimentos apresentados e depois tentamos chegar a um acordo sobre o valor que os pais podem suportar, caso o valor inicial

seja inoportuno para eles. No ano passado e este ano tivemos muita quebra nas participações familiares e tivemos, ao longo do ano, que baixar os valores das participações duas e três vezes”.

A este propósito, a religiosa, educadora de infância de formação, revela que a tabela de preços elaborada no ano passado nunca foi aplicada e que no próximo ano letivo “os pais vão pagar menos, pelo que haverá um decréscimo nas receitas, com a agravante de as educadoras subirem de escalão, pois já temos algumas com mais de 20 anos de carreira”.

Apesar de tudo, “as contas estão equilibradas”, sustenta, referindo que a Casa “tem uma dívida com a Congregação, porque quando não há dinheiro, por exemplo, para um dos subsídios, a Congregação empresta, mas não tem dívidas a mais ninguém”.

Quanto a projetos futuros, a irmã Maria Luísa Pinto gostava de requalificar um espaço exterior, para obstar aos rigores climatéricos, que passaria por colocar uma cobertura num dos espaços onde as crianças do Pré-escolar brincam. “Pedimos alguns orçamentos, mas é muito dispendioso e também não sei se



resultaria muito no verão”, confessa, admitindo que, “de resto, as coisas têm-se mantido todas muito arranjadinhas”, até porque houve uma intervenção há pouco tempo: “Tivemos recentemente uma candidatura ao PRODER, através da qual arranjámos a creche, o que foi muito bom. A instituição não se abastece a ela própria, porque não consegue chegar para pagar todos os subsídios, falta-nos sempre dinheiro para um. Então, tivemos esse projeto. A nível do Pré-escolar também precisamos de alguma requalificação, porque as salas são bastante quentes”.

A grande mágoa da religiosa responsável pela instituição é o não aproveitamento do terreno envolvente ao edifício, mas admite que a instituição não o pode fazer de per si, pois não tem capacidade, nem tão pouco é a sua vocação.

“Tenho pensado muito no Portugal 2020, porque temos uma quinta em redor da instituição que está praticamente vazia. Não está abandonada porque, pelo menos, as ervas vão sendo cortadas... À exceção da vinha e das oliveiras, tudo o resto está desaproveitado. Gostava que um jovem com alguma iniciativa, que teria

que avançar com algum projeto financeiro, pudesse investir... A instituição por si não vai avançar para isso, porque não tem condições para tal, mas se houvesse alguém que quisesse aproveitar, seria muito bom. É que temos a quinta e temos a casa do caseiro, mas precisamos de quem queira desenvolver a produção agrícola, pois ainda temos alguns hectares disponíveis”, sustenta a religiosa, que revela uma solução que chegou a propor a terceiros: “Cheguei a falar com a empresa que nos faz a manutenção dos painéis solares para saber se não conhecia nenhum empresário que quisesse aqui instalar painéis solares que nós alugávamos o terreno... Mais do que isto não fazemos, porque não temos condições”.

De referir que a Congregação das Servas da Sagrada Família é portuguesa, tendo sido fundada pela irmã Purificação dos Anjos Silva, e tem por missão “a assistência aos mais pobres e uma dimensão ligada à oração”, isto é, segundo a irmã Maria Luísa Pinto: “Por um lado trabalhamos, mas temos que rezar”.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)



TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA IPSS



O Grupo Trivalor, composto por 14 empresas, está vocacionado para fazer o melhor pela sua IPSS.

Melhore a qualidade dos seus serviços, reduza e controle os seus custos recorrendo ao nosso vasto leque de soluções.

RESTAURAÇÃO SOCIAL E PÚBLICA . EMISSÃO DE TICKETS DE SERVIÇO . SEGURANÇA . LIMPEZAS . MANUTENÇÃO VENDING . FORNECIMENTO DE BENS ALIMENTARES E NÃO ALIMENTARES . GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



AV. INFANTE SANTO, 21 A - 1350-177 LISBOA
 TELÉF. 21 042 00 05 / 21 042 08 08
 FAX. 21 042 00 98 / 21 424 94 88
 E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT



RETOMAR

Prazo alargado para reingresso no ensino superior

O Governo anunciou o alargamento do prazo de candidatura, até 10 de outubro, do programa Retomar, de apoio ao reingresso no ensino superior, e vai pedir às instituições que convidem pessoalmente os seus ex-alunos a esse regresso. “Decidimos e vamos fazer um despacho nesse sentido, prolongar o prazo de candidatura até 10 de outubro. Os estudantes podem regressar ao ensino superior e manifestar a sua candidatura ao programa Retomar até ao dia 10 de outubro, cobrindo todo o período de matrículas e inscrições”, disse o secretário de Estado do Ensino Superior, José Ferreira Gomes.

O governante falava no final de uma reunião com as associações académicas do ensino superior, com as quais se reuniu esta tarde no Palácio das Laranjeiras, em Lisboa, para fazer um balanço de quatro anos de legislatura, que considerou “muito positivo”, e para

conhecer o documento “Por um caminho futuro -- o Programa de Governo do Movimento Associativo Estudantil para a XIII Legislatura”, que contém as propostas dos estudantes para o ensino superior, para os próximos anos.

Além do alargamento do prazo de candidatura ao programa Retomar, entendido até 10 de outubro não só para o próximo ano letivo, mas de forma permanente, indo ao encontro das reivindicações dos estudantes, manifestadas recentemente numa carta aberta a Ferreira Gomes, foi também adiantado que as instituições de ensino superior serão convidadas a envolver-se ativamente na divulgação deste programa junto de ex-alunos que não concluíram os cursos e que se encontrem numa situação de desemprego.

“Vamos mandar uma carta, combinada com as associações de estudantes,

aos reitores e presidentes dos politécnicos, para anunciar o prolongamento do prazo e para reforçar a ideia de que seria importante que ao nível de maior proximidade do estudante, que a instituição possa identificar os estudantes que desapareceram dos registos, que aparentemente abandonaram nos últimos anos e os possa convidar pessoalmente a regressar”, explicou o secretário de Estado do Ensino Superior.

À saída da reunião, Carlos Videira, da Associação Académica da Universidade do Minho, manifestou a satisfação dos estudantes com o acolhimento do Governo às propostas estudantis, referindo que neste momento o número de candidaturas ao programa Retomar está entre as 400 e 500, à semelhança do que acontecia pela mesma altura no ano passado, e que não é possível estimar o impacto que o alargamento do

prazo terá no aumento de candidatos, uma vez que isso estará dependente da divulgação que as instituições venham a fazer deste apoio a ex-alunos.

O programa Retomar pretendia apoiar o regresso de alunos com menos de 30 anos ao ensino superior. As condições de acesso implicam que os alunos tenham menos de 30 anos e estejam em condições de terminar o curso antes de completar aquela idade, mas que não tenham possibilidade de suportar os custos.

Para este programa, patrocinado pelo MEC e pelo Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, foi estabelecido o limite de três mil bolsas anuais, no valor de 1.200 euros cada uma, sensivelmente o valor da propina máxima em vigor.

As candidaturas são feitas através do portal da Direção-Geral do Ensino Superior (DGES).



SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

JUNTO DAS:
INSTITUIÇÕES PARTICULARES
SOLIDARIEDADE SOCIAL
SANTAS CASAS DA MISERICÓRDIA
ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

CONSULTE-NOS EM
WWW.TSR.PT
[+351] 939 729 729
TSR@TSR.PT



ASSISTÊNCIA REMOTA
NOVO CONCEITO VIA
INTERNET



ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA
GRATUITA



INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO
NAS VOSSAS INSTALAÇÕES

SOLIDÁRIOS CONSIGO, HÁ 20 ANOS
OBRIGADO



- TSR - CONTABILIDADE ESNL
- TSR - UTENTES IPSS
- TSR - UTENTES CT (AT)
- TSR - IMOBILIZADO ESNL
- TSR - PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA (ACSS)
- TSR - ORDENADOS
- TSR - UNIDADES DE SAÚDE
- NOVO** TSR - PROCESSOS CLÍNICOS

- TSR - STOCKS
- TSR - SISTEMA INTEGRADO DE TESOUREARIA
(UTENTES, BANCOS, ASSOCIADOS, RENDAS, CAIXAS E
PAGAMENTOS A FORNECEDORES)
- TSR - QUALIDADE
TERCEIRA IDADE, INFÂNCIA E JUVENTUDE
- TSR - VIATURAS
- TSR - ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS
- TSR - PROCESSOS CLÍNICOS RESIDENTES

100% CLIENTES
SATISFEITOS

DEMONSTRAÇÕES
GRATUITAS
SEM COMPROMISSO

GRÁTIS

RUA DOS CUTILEIROS, 2684 1º - SALA 11
APARTADO 1071 EC LAMEIRAS
4836-908 GUIMARÃES

TLF.: [+351] 253 408 326 (3L/BA)
FAX: [+351] 253 408 328

Propostas para a sustentabilidade da Segurança Social

Os partidos com assento parlamentar defendem novas formas de financiamento para garantir a sustentabilidade da Segurança Social, sendo que a esquerda pretende penalizar os rendimentos mais altos e a coligação PSD/CDS-PP sugere o plafonamento das novas pensões. Eis algumas das principais propostas dos partidos com assento parlamentar sobre a Segurança Social e Trabalho:

Bloco de Esquerda:

Criação de uma taxa sobre o Valor Acrescentado das grandes empresas para financiamento solidário da Segurança Social e de reforço do Fundo de Estabilização da Segurança Social (FESS);



· Repor o abono de família, o Rendimento Social de Inserção (RSI) e o Complemento Solidário de Idosos (CSI) em níveis de cobertura de 2010;

· Alargar a cobertura do subsídio social de desemprego «a todos os desempregados em situação de carência económica»;

· Aumentar o salário mínimo nacional para 600 euros.

Coligação Democrática Unitária (CDU):



· Revogar a Contribuição Extraordinária de Solidariedade;

· Reposição da universalidade do abono de família para crianças e jovens e aumento do conjunto das prestações sociais;

· Aumento anual das reformas e pensões nos setores público e privado;

· Reposição da idade legal de reforma aos 65 anos;

· Eliminar as isenções e reduções da Taxa Social Única (TSU);

· Criar uma contribuição sobre as empresas com elevado Valor Acrescentado Líquido (VAL) por trabalhador (grandes resultados com poucos trabalhadores) complementar ao atual regime de contribuições e com ele articulado, abrangendo as empresas com VAL acima de um determinado limite.

· Afetar, complementarmente, 0,25% da receita do imposto a criar sobre as transações financeiras ao reforço do FESS.

· Retomar o pagamento por inteiro e nos meses devidos dos montantes adicionais de julho (subsídio de férias) e de dezembro (subsídio de Natal);



· Aumentar o salário mínimo nacional para 600 euros.

Partido Socialista (PS):



· Reforçar o financiamento e a sustentabilidade da Segurança Social através da diversificação das suas fontes de financiamento: o aumento da Taxa Social Única (TSU) das empresas com elevados índices de precariedade, a consignação à Segurança Social do imposto sobre heranças superiores a um milhão de euros; o alargamento aos lucros das empresas à base de incidência da contribuição dos empregadores para a Segurança Social, reduzindo a componente que incide sobre a massa salarial dos contratos permanentes, de modo a combater a precariedade.

· Esta diversificação das fontes de financiamento far-se-á de modo gradual, até um máximo final de quatro pontos percentuais, sendo o impacto avaliado anualmente e de modo a garantir a não diminuição das receitas para a Segurança Social. «De qualquer forma», escreve o PS, as contribuições sociais continuarão a ser «a principal fonte» de financiamento do sistema previdencial;

· Garantir que não serão alteradas as

regras de cálculo das prestações já atribuídas a título definitivo;

· Reavaliar o fator de sustentabilidade face às alterações ocorridas, quer de contexto, quer legislativas;

· Reavaliar e reforçar a coerência do modelo de aplicação da condição de recursos nas prestações sociais de natureza não contributiva;

· Construir um novo acordo de médio prazo com os parceiros sociais que defina a trajetória de aumento do salário mínimo nacional nos anos seguintes.

Portugal à Frente (PSD/CDS-PP):

· Introduzir, para as gerações mais novas, um limite superior para efeitos de contribuição, que em contrapartida determinará um valor máximo para a futura pensão.



Essa contribuição deve obrigatoriamente destinar-se ao sistema público e, a partir desse limite, garantir a liberdade de escolha entre o sistema público e sistemas mutualistas ou privados.

· Reversão da Contribuição Extraordinária de Solidariedade em 50% em 2016 e sua abolição em 2017, para as pensões de valor superior a 4611,4 euros;

· Criação de uma «Caderneta de Aforro para a Reforma», para reforçar a transparência do sistema de Segurança Social;

· Criação um mecanismo que permita moldar o ritmo da reforma pela combinação de soluções de reforma parcial e de reforma gradual - por exemplo, 25%, 50% e 75% - para introduzir «liberdade de escolha na esfera da decisão individual e coletiva e flexibilidade no mercado de trabalho».

· Avaliar a evolução da produtividade do trabalho, de modo a determinar as condições de evolução do Salário Mínimo Nacional:

· Aumentar as pensões mínimas, sociais e rurais;

· Alterar a bonificação do abono de família por deficiência, aumentando-a para os agregados com menos recursos.

· Isenção do pagamento da Taxa Social Única para empresas que contratam trabalhadores a receber subsídio de desemprego, designadamente desempregados de longa duração e jovens, no período remanescente de atribuição do subsídio;

· Propor, a partir de 2015 e com espírito de gradualismo, a revisão do acordo com a Santa Sé sobre a questão dos feriados religiosos.

A Tragédia Grega

Ainda não sabemos muito bem o que fez de nós, os seres humanos, criaturas morais. No entanto, as categorias de bem e de mal, são-nos absolutamente essenciais – não saberíamos viver sem elas.

É curioso porque, aparentemente, a nossa natureza moral é contrária ao princípio de evolução por selecção natural, não deveria ter acontecido num mundo governado pela dura lei Darwiniana do struggle for life.

Os que estão disponíveis para a batota e para o oportunismo deveriam ter prosperado á custa dos ingénuaos seguidores das normas, deveriam ter deixado maior descendência e, com a passagem do tempo, os traços egocêntricos deveriam ter-se tornado dominantes.

Contudo, não é assim. Não se conhece nenhuma sociedade humana que, tendo estabilizado por mais de umas quantas gerações, não tenha criado um qualquer sistema religioso e um qualquer código moral.

A crise grega é mais um exemplo desta contradição. Não conseguimos escapar á moralização da tragédia que por lá vai e, no entanto, o olhar moral sobre o caso não ajuda em nada, nem á sua compreensão e, menos ainda, a uma qualquer solução.

Uma boa parte da Europa entende que os gregos devem ser condenados numa perspectiva moral: não pagam o que devem, desenvolveram instituições de qualidade miserável (a começar pelo estado), são trapalhões, confusos, não confiáveis e, acima de tudo, preguiçosos.

Como não gostam de trabalhar, desenvolveram o mais generoso sistema de reformas antecipadas em toda a Europa – que, obviamente, não conseguem pagar - e agora simplesmente esperam que os espartanos e prudentes europeus do norte passem o respectivo cheque.

Como não condenar?

Depois, para maior desventura dos gregos, há comparações que parecem legítimas. Então a Irlanda não foi também intervencionada? Não foi, tal como a Grécia, forçada a aceitar um resgate europeu com condições duríssimas?

Mas a Irlanda já saiu da crise! Cresceu 5% em 2014, em 2015 crescerá o mesmo, ou até um pouco mais, está a pagar antecipadamente ao FMI e, actualmente, os credores estão de tal modo confiantes na solvência irlandesa que os yields da dívida soberana a 10 anos estão em 1,25%.

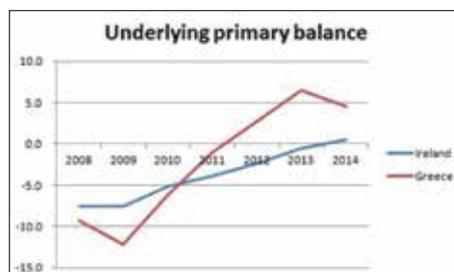
Em Portugal também há quem queira reclamar sucesso. No entanto, como disse recentemente o Dr. Rui Moreira, o actual Presidente da Câmara do Porto, seria bom que falássemos menos da Grécia porque também nós vivemos na rua dos pobres.

Sábias palavras! Enquanto a Irlanda cresce

a 5% ao ano, por cá, em 2014, crescemos menos de 1%, mesmo em 2015, não devemos chegar a 2% e os nossos yields a 10 anos andam perto dos 2,5%. Um pouco de prudência e tento na língua seriam bem-vindos!

Mas será que o caso irlandês e grego são mesmo comparáveis?

Talvez sejam menos do que parece. De facto, a dose de austeridade aplicada na Grécia é muito maior que a aplicada na Irlanda.

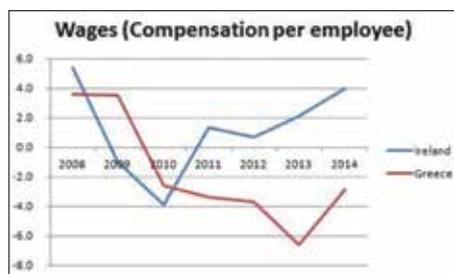


Fonte: OCDE

Como se pode ver, a Irlanda, embora partisse de um deficit primário mais pequeno, fez um caminho lento para o equilíbrio que atingiu apenas em 2014.

A Grécia, que partia de uma situação bem pior, foi empurrada para um marcha forçada que a obrigou a correr excedentes primários estruturais muito fortes logo a partir de 2012.

O quadro seguinte mostra como esse esforço se reflectiu distintamente na evolução da remuneração dos funcionários públicos.



Fonte: OCDE

Provavelmente o pequeno crescimento da economia grega no final de 2014 (entretanto já revertido para recessão bravia) ter-se-á devido justamente ao alívio da austeridade que o anterior governo concedeu (em violação, aliás, do programa do segundo resgate).

Á primeira vista a economia grega precisaria de algum estímulo orçamental e monetário.

Só que isso não é possível. Em matéria monetária a Grécia está sujeita á política monetária do BCE excepto naquilo que, por ora, a poderia beneficiar, ou seja o programa de aquisição de títulos – os títulos gregos estão excluídos.

No plano orçamental também nada a fazer. Como a Grécia não tem acesso aos mercados financeiros e não tem soberania monetária (não pode monetizar os deficits do estado) tem

de sujeitar-se á ortodoxia fiscal dominante na Europa.

De qualquer forma, mesmo sendo os gregos um bando incorrigível de desorganizados e preguiçosos, o processo brutal de desvalorização interna a que foi sujeita a economia deveria ter produzido alguns resultados benéficos. Com salários nominais mais baixos, com regras mais liberais nos mercados de trabalho, as empresas gregas deveriam estar mais competitivas e a exportar mais. No entanto, não é assim!

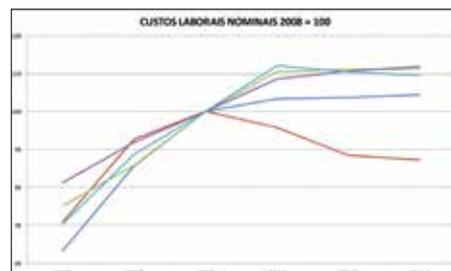
Se excluirmos as exportações de petróleo e derivados verificamos que a Grécia exporta em 2014 sensivelmente o mesmo que exportava em 2007.



Fonte: EUROSTAT

Em situação similar á Grécia estão a Itália e a Irlanda onde as exportações pouco cresceram. Nos outros países do ajustamento, Portugal e Espanha, as exportações cresceram significativamente.

É estranho porque os salários nominais na Grécia desceram ao mesmo tempo que subiam nas restantes geografias.



Fonte: EUROSTAT

Em Itália, Espanha e Portugal os custos laborais subiram moderadamente entre 2008 e 2014, nesse período na Irlanda praticamente não subiram, contudo, na Grécia caíram substancialmente.

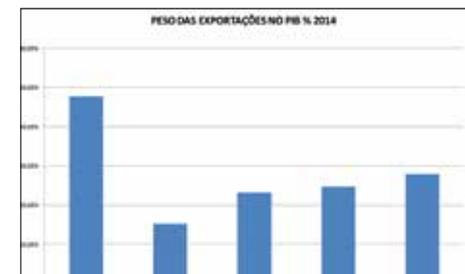
Como compreender que as exportações gregas praticamente não cresçam quando os salários descem e a competitividade deveria ter aumentado?

É um enigma que não sei resolver.

Porventura, a troika e os seus modelos esqueceram um pequeno pormenor: a Grécia, estruturalmente, não é uma economia muito aberta.



José Figueiredo
Economista



Fonte: FMI WEO

Como se pode ver na Grécia as exportações têm um peso no PIB substancialmente inferior aos restantes países periféricos sendo que nesta matéria, pelas razões que conhecemos, a Irlanda é um outlier. O que isto quer dizer é que um qualquer processo de desvalorização (ou desvalorização da moeda nacional - que a Grécia não pode fazer porque está no euro - ou a alternativa da desvalorização interna) nunca produziria o efeito que teria em economias mais abertas.

Seja como for a competitividade pela via dos salários deveria ter dado um empurrão nas exportações.

Provavelmente a questão está em que nem só de salários vive a competitividade. Se calhar outros inputs não laborais (energia e comunicações) cresceram o bastante para ofuscar a baixa dos salários.

Provavelmente a ruptura dos sistemas financeiros destruiu mesmo as mais saudáveis estruturas industriais. Quem sabe, algumas empresas industriais competitivas não conseguem exportar porque não encontram financiamento para aquisição de matérias-primas?

A experiência grega deveria convocar a reflexão dos teóricos que defendem os processos de desvalorização interna como sucedâneo da desvalorização das moedas nacionais dos países que têm soberania monetária.

Creio que um dos problemas com os modelos teóricos é a ausência (ou a limitada importância) de um factor que dá pelo nome de tempo.

Acontece que as desvalorizações das moedas nacionais actuam instantaneamente e instantaneamente afectam todos.

As desvalorizações internas levam tempo, muito tempo e são processos socialmente conflituosos. Durante esse tempo os grupos sociais colocam no terreno estratégias defensivas e os grupos políticos flutuam ao sabor dos interesses que representam. Como os resultados tardam, a dada altura instala-se o cansaço das reformas e, degrada-se toda a estrutura económica e financeira e, no limite, perde-se o impulso que o processo de desvalorização poderia ter dado.

Porventura foi o que aconteceu na Grécia – um sacrifício enorme, uma tragédia social, se calhar para nada!

E isso não é só culpa dos gregos!

40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de produtos alimentares e não alimentares, que lhe permite abastecer-se integralmente com um único fornecedor.

Adicionalmente, e caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- **Ementas validadas por nutricionistas;**
- **Capitações adequadas;**
- **Soluções económicas;**
- **Sugestão de encomenda com base na ementa;**
- **Estime e controle os seus custos.**

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de recepção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos. A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.



TEMOS A
SOLUÇÃO PARA SI
CONTACTE-NOS

NORTE: 220 406 990 / 911 047 280
SUL: 210 420 000 / 916 185 205
www.sogenave.pt





Há sempre alguém que resiste

Ficha Técnica

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 **Fax:** 22 600 17 74 -

e-mail: jornal.solidariedade@gmail.com **Director:** Padre Lino Maia

Editor: V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira, Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo

Grafismo/Paginação: Carmo Oliveira - **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia

Tiragem: 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

INE

Taxa de desemprego mantém-se inalterada

A taxa de desemprego manteve-se inalterada em junho face a maio, nos 12,4%, segundo a estimativa mensal divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). “A estimativa provisória da taxa de desemprego para junho de 2015 situa-se em 12,4%, mantendo-se inalterada em relação à estimativa definitiva obtida para maio de 2015”, refere o INE.

Segundo o instituto estatístico, a estimativa provisória da população desempregada para junho de 2015 foi de 636,4 mil pessoas, enquanto a estimativa provisória da população empregada foi de 4.492,7 mil pessoas, mantendo-se ambas “praticamente inalteradas” em relação ao mês anterior.

Nestas estimativas foi considerada a população dos 15 aos 74 anos e os valores foram previamente ajustados de sazonalidade, sendo que os dados de junho correspondem ao mês central do trimestre composto pelos meses de maio a julho de 2015.

Em maio de 2015, os dados definitivos do INE apontam para uma população desempregada de 635,1 mil pessoas, menos 3,3% do que no mês anterior (21,6 mil), mantendo-se a tendência decrescente registada desde fevereiro de 2015.

Em junho de 2015, a estimativa provisória de 636,4 mil desempregados resulta de um aumento na população desempregada de mulheres (5,0%; 15,8 mil) e de uma diminuição da população desempregada de homens (4,5%; 14,5 mil).

De acordo com o INE, tanto a população desempregada jovem como a de adultos se mantiveram “praticamente inalteradas”.

Em junho, a taxa de desemprego das mulheres (12,9%) excedeu a dos homens

(11,9%) em 1,0 pontos percentuais (p.p.), tendo a primeira aumentado 0,5 p.p. face ao mês anterior e a segunda diminuído 0,5 p.p..

A taxa de desemprego dos jovens situou-se em 31,6%, mais 0,5 p.p. em relação ao mês anterior, e a dos adultos situou-se em 11,0%, mantendo-se inalterada face a maio.

Em junho de 2015, a estimativa provisória da taxa de desemprego não ajustada de sazonalidade foi de 12,0%, tendo diminuído 0,1 p.p. face ao mês anterior e 1,8 p.p. relativamente a junho de 2014.

Para esta redução mensal contribuiu o aumento da população empregada (0,2%; 9,8 mil pessoas) e a diminuição da população desempregada (0,8%; 5,1 mil), sendo que, de igual modo, para a redução homóloga contribuiu o aumento da população empregada (1,3%; 55,9 mil) e o recuo da população desempregada (14,3%; 102,4 mil).

No que se refere à população empregada, cuja estimativa provisória de junho situa nas 4.492,7 mil pessoas, praticamente idêntica à do mês anterior, teve um comportamento que resultou da conjugação da diminuição do emprego de jovens (2,2%; 5,5 mil) e de mulheres (0,2%; 5,0 mil), com o aumento da população empregada de adultos (0,1%; 3,5 mil) e de homens (0,1%; 3,0 mil).

A taxa de emprego situou-se em 57,4%, tendo-se mantido inalterada em relação ao mês anterior, com os valores nos homens (61,0%) a exceder os das mulheres (54,1%) em 6,9 p.p., o que representa um aumento de 0,2 p.p. e uma diminuição de 0,1 p.p., respetivamente, face ao mês anterior.

Em junho, a taxa de emprego dos

adultos foi de 63,2%, tendo aumentado 0,1 p.p. em relação ao mês anterior, e a taxa de emprego dos jovens foi de 22,0%, menos 0,5 p.p. face a maio.

PORTUGAL DEU A VOLTA?

O ministro da Solidariedade Emprego e Segurança Social considera que os dados do desemprego hoje revelados demonstram que “Portugal deu a volta”, ao atingir uma taxa de desemprego inferior à registada em 2011, quando o Governo assumiu funções.

Para o ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, Pedro Mota Soares, estes dados provisórios devem ser vistos como “um sinal de esperança e confiança para muitos portugueses que ainda estão numa situação de desemprego”.

Mota Soares foi mais longe e comparou

os dados com os registados quando o atual executivo entrou em funções: “O Governo recebeu em 2011 um país que tinha um desemprego de 12,7%, tinha a troika cá, estava a cumprir um duro memorando de ajustamento e tinha uma recessão. Sabemos que a taxa de desemprego é de 12,4%, isto é, pela primeira vez temos uma taxa de desemprego abaixo do valor do ano de 2011. Isto é a prova de que Portugal deu a volta”.

Desde janeiro de 2013 até agora foram criados 204 mil postos de trabalho, sublinhou Mota Soares, que entende que os dados de hoje vão “no sentido certo, isto é, no sentido descendente”.

Para Pedro Mota Soares, o “maior desafio de Portugal”, neste momento, é precisamente, “criar emprego e criar oportunidades de trabalho”.



Agente Especializado:

milplus
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Apartado 2011 . 4200-001 Porto
Tm: 934 091 417 . Fax: 225 401 284
info@milplus.pt
www.milplus.pt



Miele
PROFESSIONAL

